

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



Ec. F.
887-G. 42711
HS 1388.9.28037 1995

O COMPORTAMENTO DO SECTOR EMPRESARIAL
DO ESTADO FACE À POLÍTICA MONETÁRIA

- Uma experiência empírica cabo-verdiana -

Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Economia Monetária e
Financeira, orientado pelo Professor
Doutor José Martins Barata

Vijin - 22/07/95 (1995)

ALBERTO JOSEFÁ BARBOSA

LISBOA

JUNHO DE 1995

Agradecimentos

Desejamos manifestar os nossos mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas e entidades que nos apoiaram e tornaram possível a realização do presente trabalho.

Em primeiro lugar, queremos agradecer ao Professor Doutor José Martins Barata, que se mostrou disponível para orientar esta dissertação e para discutir connosco os mais diversos aspectos do nosso trabalho.

Em segundo lugar, desejamos formular um agradecimento especial e manifestar o nosso reconhecimento à Fundação Calouste Gulbenkian, pela preciosa ajuda financeira que nos prestou, ao conceder-nos uma bolsa de estudos, sem a qual não seria possível a elaboração desta dissertação.

Os nossos agradecimentos vão também para algumas instituições cabo-verdianas nomeadamente o Gabinete de Apoio à Reestruturação do Sector Empresarial do Estado - GARSEE -, à Direcção-Geral de Planeamento e o Banco de Cabo Verde, que muito contribuíram com a sua preciosa documentação.

Por último, não podia deixar de fazer referência à preciosa colaboração dos meus colegas cabo-verdianos, principalmente os do Banco de Cabo Verde.

RESUMO

O presente trabalho diz respeito à Cabo Verde e abrange o período da Iª República, ou seja, desde a independência, em 1975, até aos fins dos anos 90.

O objectivo deste trabalho é essencialmente o estudo do impacto da política monetária restritiva sobre a situação financeira do Sector Empresarial do Estado, tendo como instrumento fundamental o enquadramento do crédito.

O Banco de Cabo Verde adoptou a política de limites quantitativos de crédito como uma política adequada para o controlo da massa monetária, das disponibilidades líquidas sobre o exterior e da taxa de inflação, de acordo com o seguinte modelo:

$$CIT = M2 - DLX$$

Não obstante a restrição de crédito, as condições de financiamento foram consideradas normais, nomeadamente quanto ao nível da taxa de juro e prazos de pagamento.

Da análise dos resultados de um inquérito e duma análise estritamente financeira, concluímos que a estrutura financeira das empresas é altamente desequilibrada, devido à conjugação de uma série de causas.

A conclusão geral deste trabalho é que não deve ser imputado à política monetária restritiva, a responsabilidade da crise financeira e falência técnica de muitas empresas. Esta responsabilidade deve ser imputada ao desequilíbrio da estrutura financeira e a inexistência de rentabilidade das empresas.

ÍNDICE

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E PROBLEMÁTICA DA TESE

1. Questões preliminares	1
2. Problemática da tese	3
3. Metodologia adoptada	11

CAPÍTULO II

A REALIDADE ECONÓMICA DE CABO VERDE

1. Caracterização geral de Cabo Verde	15
2. Evolução Macroeconómica	21
3. Evolução das Finanças Públicas	27
4. Evolução da Conta Externa	30

CAPÍTULO III

ANÁLISE DE GESTÃO DAS EMPRESAS

1. Questionário	
1.1 Caracterização geral das empresas da amostra	33
1.2 Funções da empresa	34
1.2.1 Função produção	34
1.2.2 Função pessoal	35
1.2.3 Função comercial	36
1.2.4 Função financeira	37
2. Tratamento do Questionário e apuramento dos dados.....	39
3. Análise de resultados	
3.1 Caracterização geral das empresas da amostra.....	52
3.2 Funções da empresa	54
3.2.1 Função produção	54
3.2.2 Função pessoal	56
3.2.3 Função comercial	58
3.2.4 Função financeira	60

CAPÍTULO IV

CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FINANCEIRA DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

1. Análise global e sectorial	70
2. Análise Financeira	76

CAPÍTULO V

O ENQUADRAMENTO DO CRÉDITO FACE AO SISTEMA FINANCEIRO E À POLÍTICA CAMBIAL E MONETÁRIA

1. Caracterização do sistema financeiro ...	86
2. Política cambial	91
3. O enquadramento de crédito como instrumento de política monetária	98

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES FINAIS E PERSPECTIVAS	114
----------------------------------	-----

ANEXOS

ANEXO I - Questionário	125
ANEXO II - Resultados do Questionário	134
ANEXO III - Cálculo de rácios e dados das empresas	146
ANEXO IV-Lista das Empresas Públicas	150
ANEXO V- Lista das Empresas Mistas...	152
ANEXO VI - Siglas e Abreviaturas.....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Pretende-se com este capítulo fazer uma breve reflexão pessoal e teórica da problemática do objecto do nosso estudo, explicar a metodologia adoptada e a pertinência dos pontos abordados, tendo em vista o objectivo pretendido.

O estudo da literatura será uma questão a abordar numa investigação posterior que pretendemos fazer; presentemente estamos mais interessados em fazer uma pesquisa empírica do problema.

Abordaremos no ponto 1. algumas questões preliminares, no ponto 2. a problemática da tese e o seu enquadramento teórico e no ponto 3. a metodologia adoptada.

1. Questões preliminares

O presente trabalho diz respeito à Cabo Verde e abrange o período da Iª República, ou seja, desde a independência, em 1975, até aos fins dos anos 90, início de um regime pluripartidário e de alteração da política económica dominado pelo Estado para uma outra mais liberal.

Concretamente, faz uma abordagem do Sector Empresarial do Estado Não Financeiro, face à política monetária restritiva, que teve como instrumento principal o enquadramento do crédito.

O Sector Empresarial do Estado abrangeu 22 empresas públicas e 13 mistas, constituindo a quase totalidade das empresas deste sector existentes no período em análise, ou seja, de 1987 a 1989.

Foi um desafio bastante grande, tendo em conta que devido a sua situação de país recém-independente, possui uma grande escassez de dados estatísticos. Mesmo quando existem, quase nunca são actuais e fiáveis.

Normalmente as fontes de informação são diversas e os dados não raras vezes são contraditórios. Esta situação exige um grande esforço de harmonização dos dados, com vista a uma maior aproximação da realidade.

Apesar de todas estas limitações, pensamos ter conseguido superar os principais obstáculos e trabalhar com dados que merecem o mínimo de credibilidade.

Os dados fundamentais do nosso trabalho, ou seja, os dados respeitantes ao Sector Empresarial do Estado e os escassos dados conseguidos através do Banco de Cabo Verde sobre a política monetária, são aqueles que merecem mais confiança. O mesmo não se poderá dizer quanto aos dados macroeconómicos, designadamente as componentes do PIB, a taxa de desemprego, a taxa de inflação, etc..

A moeda utilizada em todo o trabalho, foi o escudo cabo-verdiano, cuja paridade é cerca do dobro do escudo português.

A elaboração deste trabalho vem na sequência do término da parte escolar do curso de mestrado em Economia Monetária e Financeira no ano lectivo 1992/93. O facto de não existir nenhum estudo sobre a questão central do nosso trabalho e, portanto, estarmos a partir do zero e com muitas insuficiências de dados, exige muito mais esforço e tempo do que seria em condições normais, mas estamos convencidos que seremos devidamente recompensados, tendo em consideração o interesse que um trabalho como este poderá ter para Cabo Verde.

2. A problemática da tese e o seu enquadramento teórico

Durante o período acima mencionado existia uma única instituição de crédito - o Banco de Cabo Verde - que financiava o Sector Empresarial do Estado.

Predominou uma política monetária restritiva consubstanciada nos limites de crédito às empresas e uma situação de dependência de financiamento do Sector Empresarial do Estado relativamente ao Banco de Cabo Verde.

Apesar dessa dependência e da política monetária restritiva, tendo em conta que tanto o Banco de Cabo Verde como a generalidade das empresas pertenciam ao Estado, as condições de financiamento nomeadamente quanto aos montantes, prazos e taxas de juro reais, como veremos, não penalizaram as empresas.

Não obstante esta situação, grande parte das empresas apresentaram custos financeiros elevados e não cumpriram os seus compromissos perante o Banco de Cabo Verde.

Atendendo a que a quase totalidade do financiamento é de curto prazo, ou seja, as empresas normalmente recorrem ao sistema bancário para o financiamento do seu capital circulante, a consequência directa para as empresas que não cumpriram os seus compromissos e que ficaram sujeitas a uma maior restrição de crédito e por vezes ao corte do mesmo, foi um maior agravamento das suas dificuldades financeiras.

O objectivo deste trabalho é essencialmente o estudo do impacto da política monetária restritiva sobre a situação financeira das empresas, tendo como instrumento fundamental o enquadramento do crédito.

Será que a política monetária restritiva é responsável pela crise financeira da maior parte das empresas? Ou existirão outras razões que tem a ver com a gestão global, nomeadamente o facto de muitas empresas terem iniciado a sua actividade com um capital social muito baixo e sem fundo de maneiio, de possuírem uma estrutura financeira altamente desequilibrada e uma estrutura de custos muito pesada, de terem um mercado muito reduzido, de apresentarem grandes deficiências de gestão, etc,?

Concentrar-nos-emos na questão central da nossa pesquisa, ou seja, o impacto dos limites quantitativos de crédito às empresas.

Os objectivos fundamentais das autoridades cabo-verdianas foram a estabilidade da balança de pagamentos e do índice de preço no consumidor.

É evidente que estes objectivos não seriam alcançados sem o controlo da expansão da massa monetária e do crédito bancário interno às empresas.

A política de controlo dos limites de crédito é uma das políticas propostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e aceite pelo Governo de Cabo Verde, como uma política adequada para o controlo das disponibilidades líquidas sobre o exterior e da taxa de inflação.

O controlo de crédito à economia é normalmente feita através da imposição pelas autoridades monetárias de limites quantitativos (*plafonds*). Aliás, nas recentes análises da abordagem monetária da balança de pagamentos o papel essencial é desempenhado pelo mercado monetário e não pelo mercado de crédito.

Nos países pouco desenvolvidos, como é o caso de Cabo Verde, os mercados de capitais não existem, e, conseqüentemente, a única alternativa de financiamento é o sistema bancário. É devido a esta situação, que independentemente dos níveis das taxas de juro, os custos financeiros das empresas são geralmente muito elevados.

Em Cabo Verde a taxa de juro real foi negativa desde a independência até Dezembro de 1984, altura em que foi feito um pequeno ajustamento. A taxa de juro era fixada administrativamente pelas autoridades monetárias, sendo a principal preocupação a fixação do montante máximo de crédito que podia ser concedido, tendo em conta os objectivos referidos.

A possibilidade de não reembolso dos créditos pelas empresas, bem como o impacto negativo dos enormes encargos financeiros, não mereceram a devida atenção das autoridades competentes. O resultado é que o Banco de Cabo Verde acumulou enormes dívidas consideradas incobráveis e muitas empresas não fugiram a falência técnica.

A redução do montante do crédito leva a uma diminuição directa do nível de actividade económica, pois, devido a inexistência de mercados de títulos, os fundos disponíveis se encontram apenas no sistema bancário. Neste sentido, a redução do crédito operada pela introdução de limites de crédito reduz as despesas em *stocks* e em bens de investimento.

Pode-se colocar a questão do controlo do montante de crédito ou da quantidade da moeda, visto que numa economia aberta, um aumento ou uma diminuição de crédito interno, não implica, necessariamente, uma expansão ou uma contracção da quantidade de moeda. Assim devemos distinguir entre variações de crédito interno e variações da quantidade da moeda, pois que estas variações não são equivalentes.

Da equação do balanço do sistema bancário consolidado, tem-se:

$$M_2 = CIT + DLX \quad \text{ou} \quad DM_2 = DCIT + DDLX \quad (1)$$

onde M_2 , CIT e DLX representam, respectivamente, a quantidade de moeda, o crédito interno total e as disponibilidades líquidas sobre o exterior.

(1) O símbolo D é diferente da letra D e significa variação



Podemos concluir que uma variação da quantidade da moeda pode ser devida não somente a uma variação do crédito interno, mas também a uma variação das disponibilidades líquidas sobre o exterior. Pode ter-se uma variação da quantidade de moeda (DM_2) sem que o crédito interno se tenha alterado ($DCIT=0$), ou seja, ($DM_2 = DDLX$). Neste caso, uma variação da quantidade de moeda é devido totalmente a variação das disponibilidades líquidas sobre o exterior. Pode ter-se ainda uma variação do crédito interno ($DCIT$) sem que haja alteração da quantidade de moeda ($DM_2=0$), desde que essa variação corresponda exactamente a uma variação (de sinal oposto) das disponibilidades líquidas sobre o exterior ($DCIT = -DDLX$).

Esta análise é muito importante visto mostrar claramente que não é indiferente fixar objectivos sobre a quantidade de moeda ou sobre o montante de crédito.

O Banco de Cabo Verde adoptou efectivamente a política de controlo de crédito interno, seguindo um trabalho de POLAK e ARGY⁽¹⁾, que publicaram em 1971, mostrando que em economia aberta e em sistemas de câmbios fixos, o controlo do crédito interno conduz, em geral, a uma maior estabilidade da balança de pagamentos do que o controlo da quantidade de moeda.

Estes autores apresentaram dois tipos de modelos, sendo um para países em vias de desenvolvimento e outro para países com mercados financeiros desenvolvidos. É evidente que o Banco de Cabo Verde seguiu o modelo para países em desenvolvimento.

(1) Cf. POLAK, J. J. e ARGY, V. - "Credit policy and the balance of payments", The monetary approach to the balance of payments F.M.I., Washington, 1977, pp. 205-225 (Reproduzido de Staff Papers, F.M.I., Março de 1971).

Portanto, vamos abordar este modelo, com base no trabalho dos referidos autores e concretamente no trabalho de BARATA, José Martins (1) sobre o mesmo assunto.

Nestes países, segundo os referidos autores, os mercados de capitais estão pouco desenvolvidos (inexistente no caso de Cabo Verde), o crédito é racionado, as disponibilidades em moeda destinam-se predominantemente (totalmente no caso de Cabo Verde) a transacções, os fluxos externos de capitais são autónomos em relação à taxa de juro nacional e a oferta nacional tende a definir-se em função do equilíbrio externo.

Segundo Barata, José Martins, perante as referidas hipóteses, o modelo pode apresentar-se da seguinte forma:

$$(1) \quad Y = v M_2$$

$$(2) \quad M_x = m Y$$

$$(3) \quad D M_2 = B + DCIT$$

$$(4) \quad B = E_x - M_x + K$$

onde

Y = produto nacional bruto;

M_2 = oferta de moeda;

M_x = importações;

E_x = exportações;

B = saldo da balança de pagamentos na óptica das operações não monetárias;

K = saldo da balança de capitais; quando positivo significa que as importações de capitais são superiores às suas exportações;

v ; m = parâmetros; v é a velocidade de circulação monetária; m é a propensão marginal a importar.

(1) Cf. BARATA, José Martins - "POLÍTICA MONETÁRIA EM ECONOMIA ABERTA", CADERNOS DE DIVULGAÇÃO,

(WORKING PAPER) CIEF, Abril de 1986.

Concretamente, a equação que o Banco de Cabo Verde utiliza é a seguinte:

$$CIT = DM_2 - DDLX$$

Teoricamente as empresas não foram financiadas de acordo com as suas necessidades, mas de acordo com as restrições impostas pelo modelo. Entretanto, tendo em consideração que tanto o Banco de Cabo Verde como as empresas eram propriedade do Estado, através de um inquérito constatamos que o Sector Empresarial do Estado foi financiado sem grandes restrições.

Na realidade, ultrapassando as restrições impostas pelo modelo, muitas empresas acabariam por ser financiadas em condições muitas vezes vantajosas no que concerne à taxas de juro e prazos de pagamento, quer devido a uma certa "pressão" dos Ministros de Tutela junto do banco, quer directamente através do agravamento do défice do Orçamento Geral do Estado, quer ainda a fundo perdido através da utilização da ajuda pública ao desenvolvimento.

A utilização do modelo foi de grande utilidade para as autoridades monetárias, pois, sem deixar de financiar às empresas e, conseqüentemente, de contribuir para o crescimento do Produto Interno Bruto, conseguiram os seus objectivos quanto à estabilidade da Balança de Pagamentos e à inflação.

Aliás o modelo é deduzido a partir das igualdades fundamentais da abordagem monetária da balança de pagamentos, após algumas simplificações e considerando que o défice orçamental é financiado por crédito bancário, como é o caso de Cabo Verde.

A utilização do modelo requer os seguintes passos:

1. A determinação do financiamento externo disponível para suportar uma eventual variação negativa das disponibilidades líquidas sobre o exterior, DDLX;

2. A determinação do crescimento necessário da massa monetária, DM_2 , a partir da taxa de crescimento da inflação e da taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto;

3. A determinação, de forma residual, do crescimento do crédito interno e o seu enquadramento abaixo dum certo limite (plafond).

3. A metodologia adoptada

Após a problemática da tese e o seu enquadramento teórico, vamos justificar a abordagem adoptada.

No que concerne aos aspectos metodológicos da abordagem da tese, tendo essencialmente em conta que a economia Cabo-Verdiana é muito pouco conhecida, o segundo capítulo - "A REALIDADE ECONÓMICA DE CABO VERDE" - serve de enquadramento, cujo objectivo fundamental é simplesmente dar uma ideia geral da caracterização do país e da evolução de alguns indicadores macroeconómicos.

O terceiro capítulo - "ANÁLISE DE GESTÃO DAS EMPRESAS", - é elaborado através de um inquérito efectuado (1) ao Sector Empresarial do Estado.

(1) Na elaboração deste inquérito foi seguido a metodologia de um outro sobre a "Gestão das Unidades Industriais em Cabo Verde", realizado em 1991, para a tese de mestrado em Economia, de Jorge Manuel da Rocha São Marcos.

O inquérito é muito importante porque para além de permitir uma análise global de gestão e de funcionamento do sector, possibilita um contacto directo com as empresas e os seus principais responsáveis, facilitando conhecimentos e análises que ultrapassam os aspectos meramente quantitativos.

É extremamente importante sublinhar que a razão fundamental deste inquérito deve-se ao facto de poder existir uma multiplicidade de causas que possam estar na origem da crise financeira das empresas e não eventualmente uma única que tem a ver com a política monetária restritiva adoptado pelo Banco de Cabo Verde. Por isso achamos indispensável fazer um inquérito que permitisse uma análise exaustiva e multidimensional das empresas, antes de entrarmos nos aspectos mais directamente relacionados com a interacção entre a sua estrutura financeira e a política monetária.

Na sequência das questões do inquérito e com base no tratamento do questionário e apuramento dos dados, vai-se fazer a análise dos resultados.

Esta análise pretende realçar a situação do Sector Empresarial do Estado em todos os aspectos concernentes a gestão global e fundamentalmente as causas dessa situação, fazendo sempre que possível uma distinção entre as empresas públicas e mistas.

Pretendemos ainda com a análise dos resultados saber as opiniões dos dirigentes das empresas sobre questões relacionadas com a política monetária, nomeadamente se o montante do crédito concedido é normalmente suficiente ou insuficiente e se as suas condições são boas quanto ao prazo de liquidação e taxas de juro. Será que as opiniões dos dirigentes das empresas sobre estas questões são imparciais, isentas e credíveis, face à política monetária do Banco de Cabo Verde? É uma questão importante que terá que merecer uma análise crítica e uma resposta objectiva.

O quarto capítulo - **"CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FINANCEIRA DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO"** - tem como objectivo específico analisar a estrutura financeira das empresas e tirar algumas conclusões sobre as causas da grave crise que as afectam.

Vamos calcular alguns indicadores baseados no método dos rácios, não obstante as limitações deste método, principalmente quando se trabalha com dados globais de várias empresas e pertencentes a sectores muito diversificados.

Fazemos uma abordagem geral da evolução de alguns rácios financeiros, económicos, de funcionamento e de produtividade no período compreendido entre 1987 e 1989, estabelecendo a comparação entre as empresas públicas e mistas.

O quinto capítulo - **"O ENQUADRAMENTO DO CRÉDITO FACE AO SISTEMA FINANCEIRO E À POLÍTICA CAMBIAL E MONETÁRIA"** - terá como objectivo fazer uma análise da política monetária seguido em Cabo verde, durante o período do nosso trabalho.

Será que essa política monetária restritiva teve algum impacto negativo nas empresas, nomeadamente no que concerne a sua situação financeira? A análise deste capítulo permitir-nos-á tirar conclusões objectivas quanto à esta questão? Se a resposta for positiva o objectivo fundamental da tese será alcançado.

O trabalho termina com o sexto capítulo - **"CONCLUSÕES FINAIS E PERSPECTIVAS"** -, em que faremos uma apreciação dos dados e materiais de análise, apresentaremos as conclusões parciais e a conclusão geral da nossa pesquisa e ainda algumas perspectivas e pistas para orientações de política no que concerne à interacção entre o Sector Empresarial do Estado e a política monetária.

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO DA REALIDADE ECONÓMICA CABO-VERDIANA

Pretende-se com este capítulo fazer uma caracterização geral e uma breve abordagem da evolução macroeconómica de Cabo Verde. Utilizamos os dados disponíveis dos últimos 4 anos, ou seja, de 1985 a 1988, visto as contas nacionais estarem muito atrasadas. Assim, no ponto 1. fazemos uma caracterização geral, no ponto 2. a evolução macroeconómica, no ponto 3. a evolução das finanças públicas e no 4. a evolução da conta externa.

1. Caracterização geral de Cabo Verde

Cabo Verde é composto de 10 ilhas, das quais 9 são habitadas, e outras pequenas ilhotas. No conjunto ocupam uma área de 4.033 km² e espalham por mais cerca de 60.000 km² no Oceano Atlântico, a cerca de 500 km da costa do Senegal.

O arquipélago divide-se em dois grupos: o das ilhas de Barlavento no norte (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista) e o das ilhas de Sotavento no Sul (Maio, Santiago, Fogo e Brava).

As ilhas foram colonizadas pelos portugueses logo após a sua descoberta em 1456. O povoamento das 9 ilhas só terminou no século passado.

No dia 5 de Julho de 1975, Cabo Verde tornou-se independente.

O Governo pós-independência foi liderado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC -. Após o Golpe de Estado na Guiné-Bissau, em 1980, a ala cabo-verdiana do partido autonomizou-se, com o nome de Partido Africano para a Independência de Cabo Verde - PAICV -, que continuou a governar o país até Janeiro de 1991, altura em que perdeu o poder, a favor do Movimento Para a Democracia - MPD -, na sequência das primeiras eleições pluripartidárias.

As ilhas são de origem vulcânica, estão situadas na zona de clima subtropical seco, sofrendo muitas influências do deserto de Sahará. Não têm recursos naturais e nem condições para a prática de agricultura. Por isso, elas foram totalmente abandonadas pelo colonialismo português, que não viu nelas nenhum interesse económico. O seu único interesse era simplesmente estratégico, sob o ponto de vista militar.

O resultado foi a fome e a emigração, em busca de sobrevivência, cujo número representa cerca de 2/3 da população residente. Calcula-se que vivem fora do país mais de 600.000 cabo-verdianos, espalhados pelos EUA, Portugal, Holanda, França, Senegal, Guiné-Bissau, Itália e América Latina.

Não é de estranhar que na altura da independência a situação fosse a seguinte: 80% de desemprego e subemprego; 85% de analfabetismo; péssima nutrição; grande mortalidade infantil e doença generalizada; processo de desertificação extremamente elevado; inexistência de infra-estruturas económicas.

Perante a situação descrita o desafio do Governo foi lutar contra a fome, a seca, a miséria, a doença, a ignorância, enfim as sequelas do colonialismo. Foi necessário esquecer determinadas ideologias e mobilizar ajuda mesmo dos países que até 25 de Abril de 1974 ajudaram o Governo português contra a luta da independência. Foi necessário autorizar a empresa dos transportes aéreos do regime racista da África do Sul continuar a fazer escala técnica na ilha do Sal, apesar das pressões de vários países africanos. Foi necessário uma política inteligente no sentido de fazer com que a ajuda recebida contribuísse de forma eficaz para o desenvolvimento económico e social do país.

Como resultado duma política externa de não alinhamento, Cabo Verde recebeu ajuda tanto do Ocidente como do Leste, sobretudo a alimentar, que permitiu ao país enfrentar a grave crise agrícola resultante de mais de uma década de seca.

Cabo Verde é um país ACP, e, como tal, assinou a IIIª Convenção de Lomé, em 1978; é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental - CEDEAO - do Comité Inter-Estados para a Luta contra a Seca no Sahel - CILSS -, da Organização das Nações Unidas e dos seus organismos especializados - BIRD, FMI, CEA -, da Organização da Unidade Africana - OUA -, e do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD -.

A situação da população do país melhorou sensivelmente após a independência. A população residente em 1990 era de 370.000 habitantes, com uma taxa média de crescimento de 2% ao ano. Metade da população vive na ilha de Santiago, cuja capital, a cidade da Praia, possui cerca de 80.000 habitantes. A outra cidade mais importante é a do Mindelo, em São Vicente, com cerca de 50.000 habitantes. A população rural rondava os 160.000, em 1986, e a população urbana e semi-urbana os 180.000.

A mortalidade infantil tem-se mantido à volta de 7 por mil, enquanto a fecundidade, cujo valor se situava à volta dos 16% na década de 1970/80, vem registando uma queda tendencial.

A nível da repartição etária, os grupos com maior aumento foram os de idade inferior a 30 anos, que reúnem mais de 70% de efectivos. Os grupos com idade superior a 30 anos teriam estagnado, como consequência da emigração, que afecta em maior proporção a população activa, sobretudo masculina.

A população considerada potencialmente activa era em 1987 de 91.000. Quase cerca 50.000 encontrava-se na ilha de Santiago, 14% em Santo Antão, 13% em São Vicente, 12% no Fogo e 5% nas restantes ilhas.

No que concerne a satisfação das necessidades básicas, nomeadamente quanto a alimentação, saúde e educação, a situação evoluiu bastante favoravelmente.

Em média, no período 1982/87 as necessidades globais em produtos alimentares básicos foram de cerca de 98.000 toneladas, das quais 78% em cereais, 4% em gorduras e 7% em outros produtos.

Essas necessidades foram satisfeitas em 90% por importações e ajuda alimentar do exterior e 10% pela produção local.

A maioria dos preços dos produtos de consumo básico era controlada pelo Governo, o que justifica que a inflação não tenha atingido valores muito elevados, situando-se à volta de 4% em 1987 e 1988.

A esperança de vida à nascença, que era de 60 anos para os homens e 61 para as mulheres em 1980, aumentou para 62 para os homens e 65 para as mulheres, em 1990, graças à melhoria do sistema de saúde. Em 1984, havia um médico para 5.220 habitantes e uma enfermeira para 730. Há dois hospitais centrais - nas cidades da Praia e Mindelo - e 60 dispensários, ainda que distribuídos de forma desigual pelas ilhas. O acesso a água potável é um problema no país: em 1980, menos de 10% da população tinha água filtrada; em 1989 ainda havia 70% da população sem água potável.

A educação foi sempre uma das grandes prioridades do Governo de Cabo Verde. A taxa aparente de escolarização indica que em 1988/89, um pouco mais de 90% das crianças de 7 a 10 anos estavam inscritas no Ensino Básico Elementar. Para além desse ensino generalizado, existem já algumas escolas profissionais e esboços de ensino superior, virados essencialmente para dar resposta às necessidades de desenvolvimento, assistindo-se a formação de quadros em cerca de duas dezenas de países.

No que concerne às características gerais da economia cabo-verdiana, deve-se realçar a existência de um crescimento regular nos últimos anos, apesar da seca, do fraco crescimento da ajuda externa e das remessas dos emigrantes.

O sector dos serviços continua a ter um peso bastante grande na estrutura do PIB com cerca de 65%, seguidos do sector secundário com 20% e do sector primário com 15%.

A agricultura ocupa mais de 2/3 da população activa, mas a seca, a erosão dos solos, as pragas e as deficientes infra-estruturas levam a que a sua produção não satisfaça mais do que 15% das necessidades alimentares do país.

As principais culturas são milho, feijão, batata doce, mandioca, banana, legumes e cana de açúcar.

A Pecuária resume-se a uma pequena criação de animais, devido às condições adversas.

A Pesca é o sector com mais potencialidades de desenvolvimento, com especial destaque para a captura de atum.

No sector extractivo é de realçar a grande quantidade de pozolana e ainda a existência de alguma quantidade de gesso, ambos praticamente por explorar, enquanto a Indústria Transformadora é constituída essencialmente por indústrias de preparação ou transformação dos produtos da agricultura e da pesca, como sejam o tratamento do peixe e as conservas, as moagens, as bebidas não alcoólicas, o tabaco manufacturado e ainda, confecções e calçado.

O enorme peso que o sector dos serviços representa resulta fundamentalmente dos rendimentos provenientes da utilização do Aeroporto Internacional do Sal, do Porto Grande de São Vicente, do turismo e da indústria de reparação naval.

Cabo Verde é dos países do continente africano com melhor nível de vida, sem crises sociais e um dos poucos países de África que regista um aumento continuado de rendimento.

2. Evolução Macroeconómica (1)

Inicia-se esta abordagem com uma análise demográfica durante o período de 1980 a 1988, cuja taxa média de crescimento é de cerca de 2,2%, de acordo como o quadro seguinte:

1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
295,7	302,2	310,5	316,4	323,6	330,7	337,4	345,0	351,7

Fonte: Direcção Geral do Plano

De 1980 a 1988 verificou-se um crescimento de cerca de 56 mil habitantes, ou seja, um crescimento médio anual de 7 mil. Este aumento seria muito maior se não fosse a emigração, que continuou a ter um papel importante na redução da taxa de crescimento líquido da população.

A população é bastante jovem, pois, cerca de 56% têm menos de 20 anos e 66% menos de 25, o que faz aumentar a população potencialmente activa (15-64 anos), que representa 49,3% da população global, sendo 47% masculina e 51,3% feminina. Em termos absolutos, de 1980 a 1988 a população activa passou de 141 mil a 173 mil, isto é, teve um crescimento médio de 2,6% por ano, situação que fez aumentar substancialmente a procura no mercado de trabalho e a taxa de desemprego para cerca de 25%.

(1) Existem pequenas discrepâncias entre alguns dados deste capítulo que são fornecidos pela Direcção-Geral de Planeamento e os dados utilizados no capítulo sobre a política monetária, que são fornecidos pelo Banco de Cabo Verde ou pelo Fundo Monetário Internacional.

A política económica seguida tem sido no sentido de manter as reservas a um nível aceitável e conter a inflação e o défice orçamental, constituindo o enquadramento do crédito, o instrumento principal da política monetária. No quadro desta política e tendo em conta as limitações de financiamento da economia, a evolução do PIB, durante o período 1985-88, foi o seguinte:

Evolução do PIB (em milhares de contos correntes)

Anos	1985	1986	1987	1988
Produto Interno Bruto	12.625	15.286	17.364	19.000
Taxa cresc. anual	-	21%	14%	9%

Fonte: Elaborado pelo autor Unidade: milhares de contos correntes

É de sublinhar que as actividades mais produtivas, designadamente agricultura e pecuária, silvicultura, pescas e indústria, só contribuíram, em 1988, com cerca de 1/3 do PIB, evidenciando a fragilidade da economia cabo-verdiana. Os restantes 2/3 resultaram das actividades relacionadas com água/electricidade, construção, comércio, transportes e comunicações, turismo, serviços governamentais e outros serviços, como se pode verificar através do seguinte quadro:

Estrutura do PIB (1)

	1985	1986	1987	1988
Agricultura e Pecuária	1.115	1.373	2.192	2.615
Silvicultura	549	555	540	556
Pescas	491	474	638	530
Indústria	795	788	879	983
Água/Electricidade	16	20	26	31
Construção	1.398	1.459	1.725	1.828
Comércio	3.461	3.568	3.558	3.626
Transportes e Comun.	1.834	1.767	1.695	1.575
Turismo	280	249	264	350
Serviços Governam.	1.129	1.205	1.257	1.326
Outros serviços	1.288	1.396	1.419	1.482
Total	12.396	12.854	14.193	14.902

Fonte: Direcção-Geral de Planeamento Unidade: milhares de contos constantes de 1985

(1) Este quadro da estrutura do PIB a preços constantes de 1985 deve ser interpretado com alguma reserva, visto que os dados sobre o deflador do PIB e a inflação são os mais díspares e os menos fiáveis.

O rendimento disponível do país foi fortemente influenciado pelas transferências privadas, como se pode constatar através do quadro das transferências externas:

Transferências Externas

	1985	1986	1987	1988
Transferências privadas	2.036	2.346	2.570	2.935
Remessas dos emigrantes	1.668	1.912	2.012	2.275
Outros	367	433	558	660

Fonte: Banco de Cabo Verde Unidade: milhares de contos correntes

Considerando o índice de preços no consumidor como deflador - 1,2 no período 1985/88 -, constatou-se um aumento médio anual das transferências privadas de 6,3% e das remessas dos emigrantes de 4,4%. A categoria "outros", cujo crescimento foi bastante significativo - 14,4% - foi na sua maioria constituída por importações da actividade económica informal, que atingiu um peso bastante grande no sector do comércio.

O consumo das famílias, cuja evolução aumentou em média anual cerca de 5% durante o período 1985/88, representou uma percentagem bastante elevada no Produto Interno Bruto:

Peso do consumo no PIB

Anos	1985	1986	1987	1988
Produto Interno Bruto	12.625	15.286	17.364	19.000
Consumo das Famílias	11.198	13.108	14.270	15.600
%	88,7	85,8	82,2	82,1

Fonte: Elaborado pelo autor Unidade: milhares de contos correntes

Considerando as transferências privadas como fazendo parte dos Recursos do país, a percentagem do consumo privado no PIB diminuiu cerca de 10 pontos, de acordo com o seguinte quadro:

Peso do consumo no rendimento disponível do país

	1985	1986	1987	1988
Recursos Nacionais				
Produto Interno Bruto	12.625	15.286	17.364	19.000
Transferências privadas	2.036	2.346	2.570	2.935
Total	14.661	17.632	19.934	21.935
Consumo das famílias	11.198	13.108	14.270	15.600
%	76,4	74,3	71,4	71,1

Fonte: Direcção Geral do Planeamento Unidade: milhares de contos correntes

O consumo final das administrações representou 11,4% em 1985 e 12,4% em 1988, relativamente ao total dos Recursos.

O investimento privado cresceu de 1,2 milhões de contos correntes em 1985, para 2,3 milhões em 1988, representando respectivamente 8,1% e 12,4% dos Recursos.

Considerando o conjunto das Utilizações Correntes como sendo a soma do consumo total e do investimento corrente, e o saldo global da economia como sendo a diferença entre os Recursos e as Utilizações, tem-se o seguinte saldo:

Saldo entre Recursos e Utilizações

	1985	1986	1987	1988
Recursos	14.661	17.632	19.924	21.935
Utilizações	14.460	17.251	19.434	21.180
Saldo	201	381	501	755
%	1,4	2,2	2,5	3,4

Fonte: Direcção-Geral do Planeamento

Unidade: milhares de contos correntes

As despesas de desenvolvimento efectuadas em todos os sectores da actividade económica e social são muito significativas. A repartição sectorial das despesas de desenvolvimento nos anos de 1986 e 1987, pode ser resumida através do seguinte quadro:

Repartição Sectorial das Despesas

Sector de Actividade	1986/87	%
Desenvolvimento Rural	2.461	
Pescas	304	
Indústria	976	
Construção Civil	87	
Turismo	151	
Total PRODUTIVO	3.979	31,0
Energia	526	
Estradas	693	
Transportes	2.523	
Comércio	139	
Administração	2.161	
Total APOIO (1)	6.042	47,1
Educação	1.214	
Saúde	812	
Habitação	143	
Urbanismo	137	
Saneamento	456	
Inf. Cult. Desporto	38	
Total SOCIAL	2.800	21,9
TOTAL	12.821	100

Fonte: Direcção-Geral do Planeamento Unidade: milhares de contos correntes

(1) É considerado impropriamente Apoio pela Direcção-Geral de Planeamento, as actividades de Energia, Estradas, Transportes, Comércio e Administração, devido a sua função de apoio aos outros sectores de actividade.

Da análise do equilíbrio geral da economia, constata-se através do quadro a seguir indicado, que o défice do saldo geral correspondeu mais ou menos às despesas do desenvolvimento.

Equilíbrio Macroeconómico

	1985	1986	1987	1988
Produto Interno Bruto	12.625	15.286	17.364	19.000
Transferências Privadas	2.036	2.346	2.570	2.935
RECURSOS CORRENTES	14.661	17.632	19.934	21.935
Consumo final das famílias	11.198	13.108	14.230	15.600
Investimento das famílias	1.187	1.392	2.100	2.260
Investimento Corrente (1)	397	522	559	600
Consumo final das Administ. (2)	1.678	2.229	2.545	2.720
(Governo Central)	(1.378)	1.789	2.065	2.219
UTILIZAÇÕES CORRENTES	14.460	17.251	19.434	21.180
Saldo	201	381	500	755
DESPESAS DESENVOLV.	5.549	6.374	6.077	6.333
SALDO GERAL	(5.348)	(5.993)	(5.577)	(5.578)

Fonte: Direcção-Geral do Planeamento Unidade: milhares de contos correntes

(1) investimento corrente das empresas, não incluído nas despesas de desenvolvimento

(2) não inclui a parte financiada pelo orçamento de investimento

3. Evolução das Finanças Públicas

O Orçamento Geral do Estado tem apresentado um défice que se considera estrutural, desde 1984.

O agravamento do défice orçamental e o facto do crescimento das receitas ser superior ao crescimento do PIB, levaram o Governo a adoptar medidas mais restritivas e rigorosas nos últimos anos da década de 80, no sentido de limitar o défice à volta de 3% do PIB.

A evolução das receitas correntes nos últimos anos em análise, foi a seguinte:

Evolução das Receitas

	1985	1986	1987	1988
Impostos Directos	537	701	725	756
Impostos Indirectos	983	1.258	1.310	1.455
Rendimentos da Propriedade	438	433	431	375
Outros	140	159	247	186
Total	2.098	2.551	2.713	2.772

Fonte: Direcção-Geral do Planeamento Unidade: milhares de contos correntes

Considerando as receitas e despesas correntes, constatou-se a existência de um saldo orçamental negativo a partir de 1988, mesmo sem a inclusão do serviço da dívida, com se pode verificar através do seguinte quadro:

Evolução do saldo orçamental

	1985	1986	1987	1988	1989 (1)	1990 (1)
Receita	2.098	2.551	2.713	2.772	3.079	3.423
Despesa	1.883	2.434	2.703	2.880	3.509	3.874
Saldo	215	117	10	(108)	(430)	(451)

(1) valores orçamentados Fonte: Direcção Geral do Lamento Unidade: milhares de contos correntes

Esta situação é devido ao facto dos rendimentos de propriedade, os impostos sobre os rendimentos de petróleo e de capitais terem tendência a diminuir como resultado da crise financeira das empresas e ainda os impostos indirectos face ao fraco crescimento do consumo das famílias.

Contrariamente às receitas, as despesas continuaram a crescer a um ritmo elevado, devido sobretudo ao crescimento das despesas dos Municípios, Instituições e Serviços Autónomos e ainda ao peso cada vez mais significativo do serviço da dívida interna e externa.

Considerando o serviço da dívida efectivamente pago, globalmente o saldo do orçamento ordinário evoluiu como segue:

Evolução do orçamento ordinário

	1986	1987	1988
Saldo corrente	117	10	(108)
Serviço da dívida	(257)	(340)	(279)
Saldo (óptica pag.)	(141)	(330)	(387)

Fonte: Direcção Geral do Planeamento unidade: milhares de contos correntes

A partir dos meados da década de 80, devido ao elevado crescimento do serviço da dívida, não tem sido possível a sua liquidação na totalidade. Se se considerar os atrasados do serviço da dívida e o défice do orçamento de investimento, o défice teria atingido ainda valores muito mais elevados, ultrapassando em cerca de um ponto percentual, o limite de 3% do PIB fixado pelo Governo nos últimos anos em análise.

Saldo global orçamental

	1987	1988
Saldo (óptica pag.)	(330)	(387)
Dívidas Atrasadas	(122)	(250)
Saldo Orç. Invest.	(19)	(93)
Saldo global	(471)	(730)

Fonte : Direcção-Geral do Planeamento unidade: milhares de contos correntes

4. Evolução da Conta Externa

Até 1987, o saldo da balança de pagamentos foi positivo.

Nos últimos anos da década de 80 a tendência não foi animadora, tendo em conta o défice estrutural dos orçamentos ordinários e extraordinários, o fraco crescimento das exportações, a evolução desfavorável das transferências privadas e o aumento dos pagamentos ligados ao serviço da dívida.

As exportações das mercadorias e dos serviços evoluíram da seguinte forma:

Exportações de Bens e Serviços

	1985	1986	1987
Exportações Mercad.	524	355	561
Exportações Serviços	2.106	2.063	2.500
Total	2.630	2.418	3.061

Fonte: Contas Nacionais Unidade: milhares de contos correntes

As importações de mercadorias e serviços, após um crescimento de 15% em 1986, diminuíram no ano seguinte, o que demonstra uma certa preocupação em conter o crescimento do défice dos bens e serviços.

Importações de Bens e Serviços

	1985	1986	1987
Importações Mercad.	7.605	8.595	8.413
Importações Serviços	2.211	2.722	2.652
Total	9.816	11.317	11.065

Fonte: Contas Nacionais Unidade: milhares de contos correntes

O saldo global dos bens e serviços foi a seguinte:

Saldo dos Bens e Serviços

	1985	1986	1987
Export. Bens e Serv.	2.630	2.418	3.061
Import. Bens e Serv.	9.816	11.317	11.065
Total	(7.186)	(8.899)	(8.004)

Fonte: Contas Nacionais Unidade: milhares de contos correntes

Não obstante o grande déficit do saldo dos bens e serviços, globalmente as transferências públicas e privadas e os empréstimos cobriram esse saldo até 1987 e, conseqüentemente, o saldo da balança global apresentou-se positivo. O quadro seguinte dá uma visão geral da balança de pagamentos de 1985 a 1988.

Balança de Pagamentos

	1985	1986	1987	1988
Saldo da balança bens serv.	(7.186)	(8.900)	(8.004)	(9.124)
Transferências	6.375	7.630	7.627	8.778
particulares	2.036	2.299	2.515	2.845
públicas	4.339	5.331	5.112	5.933
Juros	(270)	53	(68)	113
crédito		142	182	225
débito		89	250	112
Movimento de Capitais	1.273	1.519	640	126
públicos	1.255	1.539	584	153
privados	18	(20)	56	(27)
Saldo da balança global	192	302	195	(104)

Fonte: Contas Nacionais

Unidade: milhares de contos correntes

Um dos aspectos aparentemente positivo da situação macroeconómica tinha sido a balança de pagamentos, que exceptuando o ano de 1978, vinha apresentando um saldo positivo desde a independência, graças às remessas dos emigrantes e à ajuda pública ao desenvolvimento. Isto quer dizer que o país não tinha problemas de divisas, nem para fazer a importação, nem para efectuar o pagamento do serviço da dívida.

Devido às exigências do desenvolvimento, ao agravamento do serviço da dívida e à fraca evolução das transferências externas, o saldo da balança de pagamentos começou a ser deficitário a partir de 1988.

A conclusão a tirar sobre a realidade económica cabo-verdiana é que o país possui grandes desequilíbrios internos e externos, uma produção bastante baixa, uma taxa desemprego elevadíssima e vive à custa das remessas dos emigrantes, da ajuda pública ao desenvolvimento e da solidariedade internacional.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DE GESTÃO DAS EMPRESAS

Este capítulo é elaborado através de um inquérito efectuado ao Sector Empresarial do Estado. Na sequência do questionário no ponto 1. em que se faz uma caracterização geral das empresas e uma abordagem das suas diversas funções, seguir-se-á o ponto 2. em que se faz o apuramento dos dados e finalmente a análise dos resultados no ponto 3.

1. Questionário

O inquérito é composto por um questionário (Anexo I) de uma amostra de 22 empresas públicas e 13 empresas mistas. As questões apresentadas dividem-se em dois grupos: o primeiro faz a caracterização geral das empresas da amostra, enquanto o segundo procura encontrar resposta da organização interna através do funcionamento das diversas funções das referidas empresas.

1.1 Caracterização geral das empresas da amostra

O primeiro ponto destina-se a classificar as empresas nos principais ramos de actividade: Agricultura e Pecuária, Pesca, Indústria, Electricidade e Água, Construção, Comércio, Hotelaria, Transportes e Comunicações.

Nas perguntas dois e três questionam-se o ano de constituição e o estatuto jurídico das empresas, enquanto a quarta questão tem como objectivo a análise do peso do capital privado e do Estado.

A distribuição geográfica das empresas é uma questão que o **ponto cinco** responde.

A **sexta questão** destina-se a classificar as empresas em função da sua dimensão, com base no número de trabalhadores que elas empregam.

1.2 Funções da empresa

Repartiu-se a actividade da empresa, em quatro tipo de funções: produção, pessoal, comercial e financeira.

1.2.1 Função produção

A função produção é analisada através das perguntas sete a catorze inclusive, abordando aspectos desde a importação de equipamentos e matérias-primas, passando pela interrupção da exploração, até a deterioração das existências e produtos acabados.

Na **pergunta sete** pretende-se saber directamente a origem da importação das máquinas e equipamentos, visto que já se sabia que não eram fabricados em Cabo Verde.

No **ponto oito** pretende-se saber se os técnicos que reparavam as máquinas eram maioritariamente nacionais ou estrangeiros.

A dependência das matérias primas, bem como a discriminação da origem dos principais fornecedores estrangeiros destes bens de consumo intermédio, é questionada na **pergunta nove**.

No **ponto dez** procura-se saber se as entregas das encomendas aos clientes é feita com maior ou menor rapidez.

Procura-se identificar nos pontos onze e doze se a empresa é obrigada a interromper a sua actividade e no caso afirmativo quais são as principais causas.

As questões sobre função produção terminam com os pontos treze e catorze, que analisam o problema da deterioração das matérias primas e produtos acabados, na sequência da interrupção da produção e das principais causas dessa inactividade.

1.2.2 Função pessoal

A função pessoal é abordada através dos pontos quinze a vinte e um inclusive e abrange aspectos como a política de recrutamento, a qualificação e experiência profissional dos trabalhadores, os cursos de formação e a sua distribuição por departamentos, com vista a uma utilização óptima dos recursos humanos.

Neste sentido, começa-se por questionar no ponto quinze se a empresa possui ou não uma política de recrutamento de acordo com as suas necessidades, para nos pontos dezasseis e dezassete se pesquisa a qualificação e a experiência dos trabalhadores.

Pretende-se saber nos pontos dezoito e dezanove se os trabalhadores têm beneficiado de cursos de formação profissional e no caso afirmativo quais os departamentos que têm sido mais privilegiados.

O ponto vinte analisa se a formação profissional é efectuada no país ou no estrangeiro; qual é o país em que a formação teve lugar é o objectivo do ponto vinte e um.

1.2.3 Função comercial

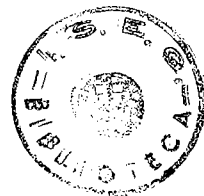
A exiguidade do mercado, o fraco poder de compra da população, as dificuldades de exportação, o elevado custo dos factores de produção, a dependência dos fornecedores estrangeiros, a interferência do Governo na fixação de preços de venda, a existência de situações de monopólio, a sazonalidade das vendas, etc, são algumas das questões comerciais que afectam uma boa parte do Sector Empresarial do Estado e que, de uma forma geral, corresponde às preocupações dos pontos vinte e dois a vinte e sete.

Neste contexto, o **ponto vinte e dois** pretende saber se as quotas de mercado são maioritariamente internas ou externas. O **ponto vinte e três** esclarece, no caso da empresa ser exportadora, para onde se dirige o produto.

A questão da sazonalidade das vendas, pode afectar algumas empresas, designadamente as da pesca e do turismo, pelo que é abordada no **ponto vinte e quatro**.

Os **pontos vinte e cinco e vinte e seis** pretendem esclarecer o grau de interferência do Governo na fixação dos preços de venda de algumas empresas e das suas implicações na rentabilidade e equilíbrio financeiro das mesmas.

Os custos de produção versus preço de venda são questões importantes em qualquer empresa, mas que nem sempre têm merecido a devida atenção. Por isso, inclui-se esta preocupação no **ponto vinte e sete**.



1.2.4 Função financeira

Questões importantes como o prazo médio de pagamentos e recebimentos, a dependência financeira da banca, a taxa de juro, as condições de empréstimos, a solvabilidade, as flutuações cambiais, o fundo de maneiio, a dimensão do capital próprio, a organização contabilística, são algumas das questões que os pontos vinte e oito a quarenta e quatro respondem.

A questão do fundo de maneiio de curto prazo pode ser analisado através dos pontos vinte e oito e vinte e nove que faz a comparação do tempo médio de pagamento aos fornecedores com o tempo médio de recebimentos de clientes e ainda do ponto trinta que analisa o grau de dependência financeira face a banca devido aos encargos financeiros daí resultantes.

Os pontos trinta e um e trinta e dois pretendem analisar o grau de dificuldade de obtenção de empréstimo bancário face ao monopólio do sistema financeiro e ainda se o empréstimo obtido é normalmente suficiente ou insuficiente para cobrir as necessidades.

A taxa de juro e o prazo de reembolso do empréstimo por parte das empresas são questões colocadas nos pontos trinta e três e trinta e quatro.

Os pontos trinta e cinco e trinta e seis pretendem saber se as condições de crédito da banca são acessíveis e se o Governo dá facilidades de crédito para investimento.

A influência das flutuações cambiais na situação financeira das empresas é uma questão do **ponto trinta e sete**. É uma questão importante não somente para as empresas exportadoras, visto que a quase totalidade das empresas é dependente da importação de equipamentos e matérias primas.

Os **pontos trinta e oito, trinta e nove, quarenta e quarenta e dois**, ao analisar o peso relativo dos empréstimos de Médio/Longo prazo no passivo, ao fazer uma comparação dos valores do Imobilizado e do Capital Permanente, ao apreciar se as empresas possuem montantes de capital próprio suficiente, ao pôr a questão do aumento do capital social e ainda da distribuição dos lucros, têm como preocupação fundamental a solvabilidade da empresa.

Por último, pretende-se saber o grau de organização contabilística, bem como o acompanhamento da situação económica e financeira, através dos **pontos quarenta e três e quarenta e quatro**.

2. Tratamento do questionário e apuramento dos dados

As questões do inquérito foram divididas em cinco conjuntos: caracterização geral da amostra e quatro funções: produção, pessoal, comercial e financeira. Far-se-ão combinações entre os elementos pertencentes a cada conjunto e entre os vários conjuntos, em função dos objectivos da análise da gestão do Sector Empresarial do Estado. A determinação dos resultados é feita na base da quantificação dos elementos e respectivas combinações.

As seis primeiras perguntas do questionário, fazem parte do primeiro conjunto (C.I.), o qual foi subdividido em quatro subconjuntos.

O primeiro subconjunto tem em vista enquadrar as empresas num dos nove ramos de actividade: Agricultura e Pecuária (AP), Pesca Industrial (PI), Indústria (I), Energia e Água (EA), Construção (Ct), Comércio (Cm), Hotelaria (H), Transportes (T), Construção (C). Considerou-se três períodos de constituição das empresas: a) de 1975 a 1979; b) de 1980 a 1984; c) de 1985 a 1989, de acordo com o quadro que a seguir se apresenta:

Ano de Constituição, Tipo de Empresa e Ramos de Actividade

Quadro I

Ano	sec.	AP	PI	I	EA	Ct	Cm	H	T	C	Tot.
75-79	E. P.	1	0	2	0	2	3	0	2	0	10
	E. M.	0	0	4	0	0	0	1	0	0	5
Subt		1	0	6	0	2	3	1	2	0	15
80-84	E. P.	0	0	2	1	1	0	0	5	0	9
	E. M.	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
Subt		0	0	5	1	1	0	0	5	0	12
85-89	E. P.	1	2	0	0	0	0	0	0	0	3
	E. M.	0	0	5	0	0	0	0	0	0	5
Subt		1	2	5	0	0	0	0	0	0	8
Tot.		2	2	16	1	2	3	1	7	1	35

O segundo subconjunto visa determinar se a maioria do capital social de cada empresa é estatal ou privado e uma classificação das empresas em função desse elemento.

Maioria do Capital Social

Quadro II

Tipo Emp.	Estado	Privado	Estado=Priv	Total
Emp. Púb.	22	0	0	22
Emp. Mista	7	4	0	11
E. P. = E. M.	0	0	2	2
Total	29	4	2	35

A distribuição geográfica das empresas está na base da constituição do terceiro subconjunto, como se pode analisar através do quadro 3.

Distribuição Geográfica

Quadro III

Ilhas	Emp. Públicas	Emp. Mistas	Total
Santiago	12	4	16
São Vicente	9	9	18
Sal	1	0	1
Total	22	13	35

Fonte: Elaborado pelo autor, como base num inquérito

O quarto subconjunto visa essencialmente dar uma ideia da dimensão das empresas, através da divisão do pessoal em três escalões: menos de 100, entre 100 e 200 e mais do que 200 trabalhadores. Estabelece ainda a relação entre o número de pessoal, o tipo de propriedade e os ramos de actividade a que a unidade pertence, como se pode constatar através do quadro 4.

Distribuição do Pessoal

Quadro IV

Nº	Sec.	AP	PI	I	EA	Ct	Cm	H	T	C	Tot.
<100	E. P.	0	1	4	0	0	1	0	1	0	7
	E. M.	0	0	9	0	0	0	0	0	0	9
Subt.		0	1	13	0	0	1	0	1	0	16
100 a	E. P.	2	1	0	0	1	0	0	2	0	6
200	E. M.	0	0	2	0	0	0	1	0	0	3
Subt.		2	1	2	0	1	0	1	2	0	9
>200	E. P.	0	0	1	1	1	2	0	3	1	9
	E. M.	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Subt.		0	0	2	1	1	2	0	3	1	10
Tot.		2	2	17	1	2	3	1	6	1	35

Os pontos 7 a 14 do questionário são elementos essenciais da função produção, fazem parte do segundo conjunto (C.II.) e estão divididos em dois subconjuntos, um referente à dependência externa e outro à eficiência produtiva.

No primeiro subconjunto analisa-se a nacionalidade dos fornecedores dos equipamentos e matérias primas (Quadro V) e ainda dos técnicos que reparam as máquinas e equipamentos (Quadro VI).

Nacionalidade dos Fornecedores de Equipamentos e Matérias Primas

Quadro V

	Portugal	União Europeia	U. Eur. e Outros	U. Eur. e Portugal	Total
Equipamento	4	19	4	0	27 (a)
Mat. Primas	6	5	0	1	12 (a)
Total	10	24	4	1	-

(a) as outras empresas praticamente não são utilizadores de equip. e/ou matérias primas.

Nacionalidade dos Técnicos que Repararam as Máquinas

Quadro VI

	Nacionais	Estrangeiros	Total
Técnicos	27	0	27 (a)

(a) as outras empresas praticamente não são utilizadoras de máquinas.

O segundo subconjunto permite analisar a eficiência produtiva, através das seguintes variáveis: tempo de satisfação dos clientes com a entrega dos produtos acabados, interrupção da actividade e suas causas, deterioração das existências e dos produtos acabados (Quadros VII a X).

Satisfação dos Clientes

Quadro VII

	Imediato	Algum Atraso	Muito Atraso	Total
Emp. Púb.	3	6	0	9
Emp. Mistas	8	2	0	10
Total	11	8	0	19 (a)

(a) para muitas empresas esta questão não faz muito sentido.

Interrupção de Actividades

Quadro VIII

	Nunca	Algumas Vezes	Muitas Vezes	Total
Emp. Púb.	7	0	1	8
Emp. Mistas	6	2	2	10
Total	13	2	3	18 (a)

(a) para muitas empresas esta questão não faz muito sentido.

Causas de Interrupção de Actividades

Quadro IX

	Energia	Água	Matéria Prima	Máq. Avar.	Falta Cliente	Div.	Total
E. Púb.	0	0	0	0	0	1	1
E. Mist.	0	0	0	0	4	0	4
Total	0	0	0	0	4	1	5

Deterioração de Matérias-Primas e de Produtos Acabados

Quadro X

		Nunca	Algumas Vezes	Muitas Vezes	Total
Matérias	E. Pública	4	2	0	6
Primas	E. Mista	10	0	0	10
	Total	14	2	0	16 (a)
Produtos	E. Pública	1	1	0	2
Acabados	E. Mista	8	1	0	9
	Total	9	2	0	11 (a)

(a) para muitas empresas esta questão não faz muito sentido.

O terceiro conjunto (C.III), referente aos pontos 15 a 21, aborda a função pessoal e está subdividido em dois subconjuntos: o primeiro referente ao recrutamento e capacidade profissional e o segundo à formação profissional.

O primeiro subconjunto visa conhecer se a empresa tem ou não uma política de recrutamento de pessoal (Quadro XI) e analisar a qualificação e experiência profissional dos trabalhadores das empresas (Quadro XII).

Política de Recrutamento

Quadro XI

	Sim	Não	Total
Emp. Públicas	14	7	21 (a)
Emp. Mistas	9	4	13
Total	23	11	34

(a) uma empresa pública (Cabmar), não respondeu por ter somente 3 empregados.

Qualificação e Experiência Profissional dos Trabalhadores

Quadro XII

			Qualificação Profissional			
Empresa			Boa	Suf.	Insuf.	Total
Pública	Exper.	Elevada	1	1	0	2
	Prof.	Média	0	12	1	13
		Reduz.	0	0	6	6
		Subtotal	1	13	7	21 (a)
Mista	Exper.	Elevada	3	1	0	4
	Prof.	Média	2	5	0	7
		Reduz.	0	1	1	2
		Subtotal	5	7	1	13
		Total	6	20	8	34

(a) uma empresa pública (Cabmar), não respondeu por ter somente 3 empregados.

O segundo subconjunto tem como objectivo analisar a formação profissional em Cabo Verde (nos diferentes departamentos da empresa), (Quadro XIII) e no estrangeiro (Quadro XIV).

Formação Profissional em Cabo Verde

Quadro XIII

		Departamentos da Empresa						
Empre- sas	Nº de Cursos	Adm. e Financ.	Comer- cial	Produ- tivo	Ad, Fin e Com	Ad, Fin e Prod	Ad, Fin, Cm, Pr	Total Geral
Emp.	Muitos	4	0	3	1	0	0	8
Pub.	Poucos	1	0	3	0	1	0	5
Subtot	-	5	0	6	1	1	0	13 (a)
Emp.	Muitos	0	0	5	0	0	1	6
Mistas	Poucos	1	0	6	0	0	0	7
Subtot	-	1	0	11	0	0	1	13
T. Geral	-	6	0	17	1	1	1	26

(a) as restantes empresas públicas praticamente não fazem cursos de formação profissional.

Formação Profissional no Estrangeiro

Quadro XIV

Países	Empresas		Total
	Públicas	Mistas	
Portugal	6	2	8
União Europeia	0	1	1
Países Socialistas	0	0	0
Outros	1	1	2
Port./U. Europeia	1	1	2
Portugal/P. Social.	4	0	4
Portugal/Outros	3	1	4
Port./U. Eur./Out.	0	1	1
	2	0	2
	1	2	3
Total	18	9	27

O quarto conjunto abrange os pontos 22 a 27, diz respeito à função comercial das empresas e dividiu-se em dois subconjuntos, o primeiro sobre os tipos de mercado e o segundo sobre a política de preços.

O primeiro subconjunto visa analisar se o mercado principal é maioritariamente interno ou externo (Quadro XV) e se as vendas são sazonais (Quadro XVI).

Mercado Principal das Empresas

Quadro XV

	Mercado		Total
	Interno	Externo	
Empresas Públicas	18	3	21 (a)
Empresas Mistas	11	2	13
Total	29	5	34

(a) uma empresa pública não respondeu

Sazonalidade das Vendas

Quadro XVI

Empresas	Sazonalidade		Total
	Sim	Não	
Públicas	3	18	21 (a)
Mistas	1	12	13
Total	4	30	34

(a) uma empresa pública não respondeu

O segundo subconjunto pretende analisar se o preço é livre, fixado pelo Governo, se coexistem os dois regimes conforme o produto é para consumo interno ou para exportação, e ainda quando fixado, se é suficiente ou insuficiente (Quadro XVII). Por último, pretende-se saber se o custo de produção é ou não contabilizado (Quadro XVIII).

Política de Preços

Quadro XVII

		Preço Fixo?			Total
		Sim	Não	Sim/Não	
Empresas	Suficiente	4	-	6	10
Públicas	Insuficiente	2	-	1	3
	-	-	8	-	8
Subtotal	-	6	8	7	21 (a)
Empresas	Suficiente	2	-	1	3
Mistas	Insuficiente	1	-	0	1
	-	-	9	-	9
Subtotal	-	3	9	1	13
Total	-	9	17	8	34

(a) uma empresa pública não respondeu

Contabilidade Analítica

Quadro XVIII

Empresas	Sim	Não	Total
Públicas	11	10	21 (a)
Mistas	9	4	13
Total	20	14	34

(a) uma empresa pública não respondeu

O quinto conjunto que abrange os pontos 28 a 44, diz respeito à função financeira e está dividido em quatro subconjuntos.

O primeiro subconjunto visa analisar a gestão financeira corrente através do quadro XIX que realça a dependência bancária e faz uma relação com o tempo médio de pagamento aos fornecedores, o tempo médio de recebimento de clientes e as flutuações cambiais.

Gestão Financeira Corrente

Quadro XIX

Empresas			Dependência Bancária			Total
			Muito	Pouco	Nenhuma	
Públicas	Tempo Médio Pag.	Insignif.	1	0	4	5
		Acceptável	2	1	6	9
		Elevado	3	1	3	7
		Subtotal	6	2	13	21 (a)
Mistas	Tempo Médio Pag.	Insignif.	1	0	0	1
		Acceptável	1	4	2	7
		Elevado	4	1	0	5
		Subtotal	6	5	2	13
	Total	12	7	15	34	
Públicas	Tempo Méd Rec	Acceptável	5	1	8	14
		Elevado	1	1	5	7
		Subtotal	6	2	13	21 (a)
Mistas	Tempo Méd Rec	Acceptável	3	5	2	10
		Elevado	3	0	0	3
		Subtotal	6	5	2	13
	Total	12	7	15	34	
Públicas	Flutuação Cambial	Muito	3	1	5	9
		Pouco Nada	3	1	7	11
			0	0	1	1
		Subtotal	6	2	13	21 (a)
Mistas	Flutuação Cambial	Muito	2	4	1	7
		Pouco Nada	2	1	1	4
			2	0	0	2
		Subtotal	6	5	2	13
	Total	12	7	15	34	

(a) uma empresa pública não respondeu

O segundo subconjunto refere-se às condições de acesso ao crédito, em que, através dos quadros XX-1 e XX-2, realça-se a taxa de juro, relacionando-a com a facilidade ou dificuldade de obtenção de empréstimo bancário, o grau de cobertura das necessidades dos empréstimos obtidos, o prazo de reembolso, as condições do crédito e ainda a existência de facilidades de crédito concedidas pelo Governo para investimentos.

Condições de Acesso ao Crédito

Quadro XX-1

Empre- sa			Taxa de juro				Total
			Elevada	Accitív.	Baixa	Não Respon	
Pública	Acesso ao Emprést	Difícil	6	0	0	-	6
		Fácil	2	1	0	-	3
		Accitív.	5	0	0	-	5
		Não Res	-	-	-	8	8
		Subtotal	13	1	0	8	22
Mista	Acesso ao Emprést	Difícil	2	0	0	-	2
		Fácil	3	0	0	-	3
		Accitív.	3	1	0	-	4
		Não Res	-	-	-	4	4
		Subtotal	8	1	0	4	13
		Total	21	2	0	12	35
Pública	Cober- tura das Necess.	Sufic.	5	1	0	-	6
		Insufic.	8	0	0	-	8
		Não Res	-	-	-	8	8
		Subtotal	13	1	0	8	22
Mista	Cober- tura das Necess.	Sufic.	3	1	0	-	4
		Insufic.	5	0	0	-	5
		Não Res	-	-	-	4	4
		Subtotal	8	1	0	4	13
		Total	21	2	0	4	35

Quadro XX-2

			Taxa de juro				
Empre- sa			Elevada	Accitáv.	Baixa	Não Respon	Total
Pública	Prazo Reemb Emprest	Curto	8	0	0	-	8
		Accitáv.	5	1	0	-	6
		Não Res	-	-	-	8	8
		Subtotal	13	1	0	8	22
Mista	Prazo Reemb Emprest	Curto	6	0	0	-	6
		Accitáv.	2	1	0	-	3
		Não Res	-	-	-	4	4
		Subtotal	8	1	0	4	13
		Total	21	2	0	12	35
Pública	Condi- ções de crédito	Sim	13	0	0	-	13
		Não	0	1	0	-	1
		Não Res	-	-	-	8	8
		Subtotal	13	1	0	8	22
Mista	Condi- ções de Crédito	Sim	8	0	0	-	8
		Não	0	1	0	-	1
		Não Res	-	-	-	4	4
		Subtotal	8	1	0	4	13
		Total	21	2	0	12	35
Pública	Facilidades de créd do Gov.	Muito	9	0	0	6	15
		Pouco	3	1	0	0	4
		Nada	1	0	0	1	2
		Não Res	-	-	-	1	1
		Subtotal	13	1	0	8	22
Mista	Facilidades de créd do Gov.	Muito	4	1	0	0	5
		Pouco	1	0	0	1	2
		Nada	3	0	0	2	5
		Não Res	-	-	-	1	1
		Subtotal	8	1	0	4	13
		Total	21	2	0	12	35

O terceiro subconjunto refere-se à estrutura financeira de médio e longo prazo em que se realça o peso dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo no passivo, relacionando-o com o Fundo de Maneio, calculado através da comparação dos valores do Imobilizado e Capital Permanente, o grau do Capital Próprio, o desejo ou não de aumentar o capital social e ainda a distribuição de lucros (Quadro XXI).

Estrutura Financeira
Quadro XXI

		Peso Emprést. M/L. Prazo				
			Muito	Pouco	Nada	Total
Empresas Públicas	Maior Valor	Imobiliz.	5	2	1	8
		C. Perm.	6	3	5	14
		Subtotal	11	5	6	22
Empresa Mistas	Maior Valor	Imobiliz.	2	1	1	4
		C. Perm.	4	2	3	9
		Subtotal	6	3	4	13
		Total	17	8	10	35
Empresas Públicas	Grau de Capital Próprio	Elevado	0	0	0	0
		Baixo	5	2	3	10
		Accitível	6	3	3	12
		Subtotal	11	5	6	22
Empresa Mistas	Grau de Capital Próprio	Elevado	0	1	1	2
		Baixo	4	1	1	6
		Accitível	2	1	2	5
		Subtotal	6	3	4	13
		Total	17	8	10	35
Empresa Mistas	Aumento de Capital	Sim	0	0	1	1
		Não	6	3	3	12
		Total	6	3	4	13
Empresa Mistas	Distrib. de Lucros	< 30%	0	0	1	1
		30%-60%	0	1	1	2
		> 60%	0	0	0	0
		Não Distrib.	6	2	2	10
		Total	6	3	4	13

O quarto subconjunto abrange os pontos 43 e 44 e respeita a organização contabilística da empresa relacionada com a possibilidade de apresentação regular de análise económica-financeira (Quadro XXII).

Organização Contabilística
Quadro XXII

			Contab. Geral		
			Sim	Não	Total
Empresas Públicas	Análise Econ/Fin	Sim	17	5	22
		Não	0	0	0
Subtotal			17	5	22
Empresas Mistas	Análise Econ/Fin	Sim	9	4	13
		Não	0	0	0
Subtotal			9	4	13
Total			26	9	35

O tratamento e o apuramento dos dados relativos ao Sector Empresarial do Estado efectuado através do inquérito e sistematizados a partir da elaboração de quadros, irá permitir fazer a análise dos resultados partindo da caracterização das empresas e das suas diferentes funções.

3. Análise dos Resultados

Tendo como base o inquérito, o tratamento e o apuramento dos resultados relativos ao Sector Empresarial do Estado, vai-se analisar os resultados da caracterização das empresas da amostra e as diferentes funções da empresa: produção, pessoal, comercial e financeira.

3.1 Caracterização Geral das Empresas da Amostra

No que concerne à distribuição das empresas por ramos de actividade, é de realçar o seguinte:

- Das 13 empresas mistas, 12 pertenciam ao sector Industrial e só 1 pertence ao ramo de hotelaria;

- 41% das empresas públicas eram do sector Industrial, 32% do sector dos Transportes e 5% do sector do Comércio;

- Do conjunto do Sector Empresarial do Estado, 46% enquadravam-se no sector Industrial;

- Do conjunto do Sector Empresarial do Estado, existiam uma única empresa em cada um dos seguintes ramos de actividade: Energia e Água, Hotelaria e Comunicações.

- No período 75-79 constituíram-se cerca de 43% das empresas do sector, sendo 29% públicas e 14% mistas. No período 80-84 a percentagem baixou para cerca de 34%, sendo 26% públicas e 8% mistas. No último período, 85-89, o ritmo de criação de empresas públicas diminuiu significativamente, verificando uma tendência inversa em relação às mistas, confirmando a política do Governo de maior abertura à iniciativa privada a partir dos meados da década de 80.

No que diz respeito à distribuição do capital social, verificou-se que 54% das empresas mistas tinham capital maioritariamente estatal, 31% maioritariamente privado e 15% repartiam-se igualmente entre as duas categorias de capital. No conjunto do sector, 83% tinham capital social maioritariamente estatal, pelo que concluiu-se que o Estado, para além das empresas públicas, dominava a maior parte das empresas mistas.

Todas as empresas estão localizadas nas ilhas de São Vicente - 51% - Santiago - 46% - e Sal - 3% -, justificando a política de desenvolvimento tripolar do governo. As empresas mistas estão igualmente repartidas entre as duas principais ilhas, enquanto as empresas públicas estão maioritariamente localizadas - 55% - na ilha de Santiago.

A dimensão das empresas foi analisada através da divisão do pessoal em três escalões: menos de 100, entre 100 e 200 e mais do que 200 trabalhadores, dando uma ideia do seu enquadramento, na realidade cabo-verdiana, em pequena, média ou grande empresa, respectivamente.

- Neste contexto, 46% das empresas do Sector Empresarial do Estado foram consideradas pequenas, 26% médias e 28% grandes, ou seja, verificou-se uma maior predominância das pequenas empresas;

- Das empresas públicas, verificaram-se que 32% eram pequenas, 27% médias e 46% grandes. Esta predominância de empresas públicas na categoria de grande, segundo o critério estabelecido, foi devido essencialmente à política de absorção de mão-de-obra disponível, adoptada pelo governo;

- Em relação às empresas mistas, pelo contrário, a grande maioria foi considerada pequena - 69% - e só havia uma grande, justificando um maior rigor na admissão de pessoal;

- O sector Industrial não foi considerado bom empregador de mão-de-obra, pois, 76% das empresas do sector foram enquadrados na categoria de pequena dimensão, contrariamente ao sector dos Transportes, cujas empresas são maioritariamente médias ou grandes - 83% -.

3.2 Funções da empresa

Analisou-se a actividade da empresa, a partir de quatro tipos de funções: produção, pessoal, comercial e financeira.

3.2.1 Função Produção

A dependência externa e a eficiência produtiva das empresas foram duas principais preocupações da função produção.

A dependência externa foi analisada através dos fornecedores de equipamentos e matérias primas, que eram quase exclusivamente de nacionalidade estrangeira:

- Cerca de 70% dos equipamentos foram importados da União Europeia, 15% de Portugal e os restantes 15%, conjuntamente da União Europeia e outros países;

- Quanto à importação de matérias primas, como país fornecedor Portugal surgiu em primeiro lugar com cerca de 54%, seguido da União Europeia com cerca de 46%;

- Não existia dependência quanto à nacionalidade dos técnicos que faziam a reparação das máquinas, pois eram todos cabo-verdianos.

Da análise da eficiência produtiva tirou-se as seguintes conclusões:

- Cerca de 67% das empresas públicas satisfaziam os clientes, entregando as encomendas com algum atraso. Só cerca de 33%, satisfazem plenamente os seus clientes;

- Uma maior eficiência foi demonstrada pelas empresas mistas, pois, 80% delas conseguiram dar satisfação plena aos seus clientes e só 20% entregavam as encomendas com algum atraso;

- Não se verificou atraso exagerado, em nenhuma empresa do sector, quanto à entrega das encomendas aos clientes;

- Das empresas que responderam a questão da interrupção de actividades, em 72% nunca tal situação se verifica. O mesmo não se passou com 28% das empresas que eram obrigadas a interromper a sua actividade algumas vezes ou muitas vezes. Cerca de 80% das causas de interrupção foi devido à falta de clientes, ao sobredimensionamento das empresas, à exiguidade do mercado e ao fraco poder de compra da população. Entretanto, não deixou de existir paragens pontuais ou ocasionais com alguma frequência, devido ao problema de energia, à falta de água e matérias-primas e ainda à avaria das máquinas;

- No que se refere à deterioração de matérias-primas, foi uma situação que se verificou em cerca de 33% das empresas públicas, contrariamente as empresas mistas em que tal situação nunca aconteceu. Houve maior rigor na escolha dos fornecedores e no controlo de qualidade e ainda uma melhor programação na utilização das matérias primas, por parte das empresas mistas;

- A deterioração de produtos acabados foi uma questão mais dirigida à algumas empresas industriais, ou seja, fundamentalmente às empresas mistas, situação que afectou algumas vezes uma única destas empresas.

3.2.2 Função Pessoal

Na função pessoal analisou-se a política de recrutamento e a capacidade e formação profissional.

A política dos Recursos Humanos é uma questão muito importante em qualquer empresa. Dela depende, em grande parte, a produtividade, a motivação, o dinamismo, a eficiência e a competitividade de muitas empresas. Não obstante os recursos humanos constituírem um dos maiores recursos de Cabo Verde, a política de absorção de mão-de-obra disponível principalmente nas empresas públicas, não permitiu uma melhor utilização desse recurso.

Constatou-se que 33% das empresas públicas e 44% das empresas mistas, nem sequer praticavam uma política de recrutamento de pessoal, permitindo a admissão de pessoal sem o perfil exigido pelo cargo a desempenhar, cujas consequências são bastante negativas para qualquer empresa.

No que concerne à qualificação e experiência profissional, verificou-se que a qualificação média dos trabalhadores foi considerada boa e simultaneamente como tendo experiência elevada, numa única empresa pública. Cerca de 29% tinham qualificação insuficiente e experiência reduzida e 57% qualificação suficiente e experiência média. Quanto às empresas mistas a situação era melhor, pois, concluiu-se que 38% dos trabalhadores tinham qualificação boa, 54% suficiente e só 8% insuficiente. Conjugando a qualificação profissional com a experiência profissional, 23% foi considerada boa e elevada, 38% suficiente e média e só uma empresa foi de opinião que os seus trabalhadores tinham qualificação insuficiente e experiência reduzida.

Quanto à formação profissional em Cabo Verde, nos diferentes departamentos das empresas públicas, ela não foi efectuada em 38%, muito efectuada na mesma percentagem e pouco efectuada nas restantes 24%. O departamento mais privilegiado foi o produtivo que absorveu 46% da formação profissional, seguido do departamento administrativo e financeiro, com 38%. As empresas mistas foram mais conscientes do papel da formação profissional dos trabalhadores, pois, todas tinham feito formação, com destaque para o departamento produtivo que absorveu cerca de 85%. No conjunto do Sector Empresarial do Estado, a formação privilegiou essencialmente os departamentos produtivo e administrativo/financeiro com 65% e 23% respectivamente.

Cerca de 82% das empresas públicas e 69% das mistas possuíam técnicos com formação média ou superior no estrangeiro. A formação foi feita nos diversos países da Europa e do continente americano, com destaque para Portugal, pois, 30% das empresas tinham técnicos médios e superiores formados exclusivamente neste país e 59% conjuntamente com outros. Só 11% das empresas não tinham técnicos formados em Portugal. A cooperação, a língua e os laços históricos, permitiram uma maior ligação com Portugal no domínio da formação.

3.2.3 Função comercial

A exiguidade do mercado, a descontinuidade do território, o fraco poder de compra da população e a falta de capacidade concorrencial de exportação em termos de custos e qualidade, são alguns dos factores que conferem à análise da função comercial, uma importância decisiva no desenvolvimento da actividade empresarial cabo-verdiana.

Da análise da função comercial tiramos seguintes conclusões:

- Em cerca de 86% das empresas públicas, o mercado é maioritariamente interno e só 14% é maioritariamente externo;

- A situação é idêntica, quer nas empresas mistas, quer no conjunto do sector, com 85% maioritariamente interno e 15% maioritariamente externo;

- A sazonalidade das vendas é uma questão que só afectou uma empresa mista e 3 públicas. Esta situação afectou de uma forma muito particular a empresa PESCAVE, cuja actividade principal é a pesca de atum, que sendo um peixe de carácter migratório, só permite a actividade desta empresa cerca de 4 meses por ano, inviabilizando-a totalmente. Aliás, esta empresa que nasceu sem perspectivas de sobrevivência, veio a ser extinta em 1993;

- No que concerne à política de preços, constatou-se que o Governo tinha uma grande intervenção nesta matéria, principalmente em relação às empresas públicas, que muitas vezes eram obrigados (caso da EMPA), não só a assegurar o abastecimento dos bens de primeira necessidade a um preço baixo, como também a praticar o mesmo preço em todas as ilhas e localidades do país.

Cerca de 29% destas empresas tinham preços fixados pelo Governo, 33% eram fixados ou não conforme os produtos se destinavam ao mercado interno ou a exportação e só 38% praticavam preços livres. Na maior parte dos casos, quando o preço era fixado pelo governo, para o conjunto do sector o preço foi suficiente, pois, sempre que numa empresa o custo de produção fosse superior ao preço de venda, o Estado subsidiava a diferença. No que tange as empresas mistas só 23% tinham preços fixados pelo Governo. Tratam-se de empresas, cujo capital social é maioritariamente estatal.

- A elaboração dos custos de produção não eram suficientemente generalizados nas empresas, visto que só 52% das empresas públicas e 69% das mistas tinham contabilidade analítica organizada. As empresas mistas tinham mais consciência da importância da contabilidade de custos como instrumento fundamental de gestão do que as públicas. É com base na contabilidade analítica que o Estado estabelece o montante a subsidiar às empresas, quando o preço fixado for abaixo dos custos de produção.

3.2.4 Função financeira

A análise da função financeira é de capital importância para as empresas, por um lado, porque a esmagadora maioria encontrava-se numa situação financeira bastante difícil, e, por outro, devido a sua dependência perante o monopólio do Banco de Cabo Verde. É importante sublinhar que o financiamento de médio e longo prazo de 100% das empresas estava totalmente dependente do Banco de Cabo Verde, mas o mais grave é que o próprio funcionamento normal de muitas empresas, não conseguia fugir dessa dependência.

Iniciou-se a análise desta função com a análise financeira corrente, realçando esta dependência e fazendo simultaneamente uma relação com o tempo médio de pagamento aos fornecedores, com o tempo médio de recebimentos de clientes e as flutuações cambiais.

Constatou-se que o funcionamento normal de cerca de 38% das empresas públicas estavam dependentes do Banco de Cabo Verde. Aparentemente em cerca de 62% não se registava essa dependência. Na realidade, esta dependência foi muito maior, visto que algumas empresas não eram devedores do banco simplesmente porque não davam garantias de reembolso. Perante esta situação, concluiu-se que esta dependência existiu, visto que a alternativa seria, ou saneamento financeiro com recurso ao financiamento do banco ou falência técnica, como aliás aconteceu com algumas empresas.

A situação apresentou pior, mas com mais realismo, em relação as empresas mistas, pois, de acordo com as próprias respostas do questionário, o funcionamento normal de 85% destas empresas depende do Banco de Cabo Verde.

No que tange ao tempo médio de pagamento, 33% das empresas públicas e 38% das mistas não conseguiram cumprir os prazos acordados com os fornecedores, o que demonstra a inexistência de um fundo de maneiio com vista a assunção dos compromissos de curto prazo. Entretanto, 19% das empresas públicas efectuavam o pronto pagamento, situação que não aconteceu com uma única empresa mista, demonstrando uma certa falta de capacidade negocial daquelas empresas.

Relacionando a dependência bancária com o prazo médio de pagamento aos fornecedores, verificou-se que 57% das empresas públicas, cujo funcionamento dependem do banco, não cumpriam os prazos de pagamento perante os seus fornecedores. Mais uma vez a situação é mais realista relativamente às empresas mistas, visto que 100% destas empresas com dependência bancária não cumpriam os prazos de pagamento.

No que respeita ao tempo médio de recebimento, enquanto em 33% das empresas públicas o prazo foi considerado elevado, essa situação só afectou 23% das mistas, justificando uma política de recebimento de clientes mais eficiente por parte destas. Aparentemente cerca de 38% das empresas públicas não tinham dependência bancária e a mesma percentagem apresentavam prazos de pagamento aceitável. Fazendo esta mesma análise para as empresas mistas, a percentagem baixa para cerca de 15%.

A flutuação cambial afectou negativamente a situação financeira do Sector Empresarial do Estado, não só porque todos os equipamentos e matérias-primas eram importados, como também devido a depreciação real da moeda cabo-verdiana relativamente as moedas estrangeiras. Esta situação abrangeu cerca de 95% das empresas públicas e 85% das empresas mistas.

As condições de acesso ao crédito é outra das questões importantes da função financeira em análise, principalmente tendo em conta o monopólio do sistema financeiro, e, conseqüentemente, a falta de capacidade negocial das empresas. Questões como a taxa de juro, o grau de cobertura das necessidades dos empréstimos obtidos e o prazo de reembolso, são fundamentais para a análise da situação financeira das empresas.

Apesar da taxa de juro real praticada pelo Banco de Cabo Verde ser negativa desde a independência até Dezembro de 1984 e passar a ser positiva, mas próximo de zero, a partir de Janeiro de 1985, todas as empresas, exceptuando uma pública e outra mista, acharam a taxa de juro elevada.

Portanto, existiram duas concepções diferentes quanto ao nível da estrutura da taxa de juro, uma do Banco de Cabo Verde e outra das empresas. Na prática ambas as instituições tinham razão. Por um lado, o banco não podia praticar, por muito mais tempo, taxas de juro negativas, e, por outro, para a generalidade das empresas, qualquer taxa de juro real era insuportável por ser superior à sua taxa de rentabilidade.

Cerca de 36% das empresas públicas não responderam à pergunta sobre a taxa de juro, isto é, se foi considerada elevada, aceitável ou baixa, visto que, como já foi referido, muitas deixaram de obter crédito do Banco de Cabo Verde, por não apresentarem garantias de reembolso. Das empresas que responderam à questão, só uma pública e outra mista acharam que a taxa de juro era aceitável. A generalidade das empresas foi de opinião que a taxa de juro era elevada, não obstante a taxa de juro real ser praticamente negativa durante todo o período em análise, tendo em conta que não conseguiam assumir os seus compromissos, o que confirma a sua fraca rentabilidade.

Cerca de 43% das empresas públicas acharam a taxa de juro alta e o acesso ao crédito difícil. Só cerca de 36% das empresas públicas acharam que não foi difícil o acesso ao crédito, não obstante considerarem elevada a taxa de juro. Em relação às empresas mistas, só cerca de 22% consideraram a taxa de juro alta e o acesso ao crédito difícil. Cerca de 44% destas empresas acharam aceitável o acesso ao crédito, embora a taxa de juro fosse também elevada.

As empresas mistas tiveram mais possibilidades de acesso ao crédito do que as empresas públicas.

Em termos de cobertura das necessidades, constatamos que só cerca de 43% das empresas públicas acharam suficiente o crédito obtido no banco. Para cerca de 57% destas empresas, o crédito obtido foi insuficiente, situação que criou algumas dificuldades às empresas, que foram obrigadas a aceitar as condições do Banco de Cabo Verde, por não possuírem alternativa de fonte de financiamento. A situação foi idêntica nas empresas mistas, pois, para 44% o crédito foi suficiente e para 56% foi insuficiente.

As empresas, de uma forma geral não mostraram satisfeitas com os prazos de reembolso dos empréstimos, pois, 57% das empresas públicas e 67% das mistas, consideraram que o prazo concedido foi curto. Só 43% das empresas públicas e 33% das mistas consideraram o prazo aceitável. Esta situação confirma a dificuldade que o Sector Empresarial do Estado teve em assumir os seus compromissos principalmente dentro do prazo, que até certo ponto é obrigado a aceitar.

Todas as empresas, excepto uma pública e outra mista, consideraram que as condições de crédito deveriam ser mais acessíveis, ou seja, de uma maneira geral sentiram-se prejudicadas com o monopólio do Banco de Cabo Verde.

Com vista a compensar as condições gerais de acesso ao crédito obtido no banco, o Estado canalizou uma boa parte da ajuda pública ao desenvolvimento recebida do exterior, principalmente para as empresas públicas, pois, só duas destas empresas não beneficiaram desta ajuda. Cerca de 58% das empresas mistas beneficiaram também da ajuda, em especial as empresas com maioria de capital social estatal.

A ajuda serviu fundamentalmente, para aquisição de equipamentos, quer na fase de arranque, quer na fase de expansão de algumas empresas. A utilização da ajuda por parte das empresas, constituiu uma dívida para com o Estado, mas as condições são muito especiais: o prazo de pagamento é muito longo e a taxa de juro é bastante baixa.

Analisou-se a estrutura financeira de médio e longo prazo, com realce para o peso dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo no passivo, o Fundo de Maneio e o grau do Capital Próprio.

Cerca de 67% das empresas mistas e 50% das públicas, consideraram exagerado o peso dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo no passivo. Quer dizer que as empresas, principalmente as mistas, não apresentaram garantias de solvabilidade. Em contrapartida, verificou-se que o peso dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo foi praticamente inexistente em cerca de 31% das empresas mistas e 27% das empresas públicas.

No que concerne ao Fundo de Maneio, constatou-se que 36% das empresas públicas e 44% das mistas, apresentaram valores negativos, confirmando a falta de capacidade da assunção dos compromissos de curto prazo. Cerca de 63% das empresas públicas e 50% das mistas com Fundo de Maneio negativo, também apresentaram um peso exagerado dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo no passivo, isto é, não conseguiram assumir nem os seus compromissos de curto prazo, nem os seus compromissos de médio e longo prazo.

O grau de Capital Próprio foi considerado baixo para 45% das empresas públicas e 46% das mistas. Por um lado, é preciso ter em conta que a maioria das empresas nasceram com um capital social muito baixo, muitas vezes parcialmente realizado, e, por outro, a existência de acumulação de prejuízos em muitas delas. Só cerca de 55% das empresas públicas e 38% das mistas, acharam aceitável o grau do Capital Próprio. Duas empresas mistas consideraram possuir um Capital Próprio elevado, graças fundamentalmente aos lucros conseguidos.

Sobre a questão colocada às empresas mistas quanto ao aumento do Capital, os sócios manifestaram este desejo somente numa única empresa, o que demonstra uma fraca participação ou uma certa desmotivação, tendo em conta a situação difícil das empresas.

A percentagem da distribuição dos lucros aos sócios das empresas mistas, foi uma das questões colocadas. Constatou-se que só três empresas fizeram a distribuição de lucros, sendo uma com percentagem do dividendo inferior a 30% e duas entre 30% a 60%. Isto quer dizer que 77% das empresas mistas nunca fizeram a distribuição de dividendos, algumas porque davam prejuízos, outras porque a rentabilidade foi quase inexistente.

Finalmente analisou-se a organização contabilística das empresas, tendo verificado que 100% das empresas públicas e mistas tinham contabilidade geral organizada, mas que só 77% daquelas e 69% destas, faziam regularmente análise económica e financeira. Concluiu-se que 1/3 das empresas do sector não utilizaram os Instrumentos de Gestão Provisional como elementos essenciais de gestão.

A conclusão geral que tirámos da análise dos resultados, que teve como base o inquérito efectuado ao Sector Empresarial do Estado, o tratamento do questionário e o apuramento dos dados, foi a confirmação do estado de degradação tanto das empresas públicas como das mistas, cujas causas são múltiplas:

- Início de actividade com um capital social muito baixo e sem fundo de maneio;
- Capital próprio muitíssimo baixo;
- Sobredimensionamento relativamente a sua actividade e volume de emprego;
- Grande dependência do exterior em relação a importação de matérias-primas e equipamentos;
- Elevados custos de produção e de transportes;
- Exiguidade do mercado interno e dificuldades de exportação;
- Intervenção do Estado na definição de uma política de preços;
- Tempo médio de recebimento de cliente muito elevado;
- Impacto financeiro negativo das flutuações cambiais;
- Baixa qualificação e experiência profissional dos trabalhadores;
- Inexistência de uma contabilidade analítica organizada.

De acordo com o inquérito, os gestores reclamam melhores condições de crédito quanto ao montante, ao prazo de pagamento e à taxa de juro para poderem viabilizar as suas empresas. Entretanto, a nossa conclusão é que a viabilidade de uma parte significativa das empresas não depende do aumento do volume de crédito e da melhoria das suas condições, mas fundamentalmente de uma série de medidas que devem ser tomadas, com vista ao seu saneamento financeiro e criação de condições de rentabilidade.

CAPÍTULO IV

CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FINANCEIRA DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Na sequência do capítulo anterior em que fizemos uma análise global de gestão das empresas, pretende-se com este capítulo, analisar os aspectos mais específicos concernentes a situação financeira das empresas.

Utiliza-se o método dos rácios ou indicadores, por ser um método prático, fácil de construir e rico em conclusões, permitindo obter informações úteis que interessam à gestão em geral e à função financeira em particular, e efectuar comparações que são impossíveis de efectuar com números absolutos.

Não obstante as referidas vantagens de utilização dos rácios, estamos conscientes das suas grandes limitações, pelo que não deixamos de os encarar como simples instrumentos que podem permitir uma base para emitir um juízo ou proporcionar um diagnóstico.

Portanto, embora o objectivo seja uma simples caracterização da estrutura financeira do Sector Empresarial do Estado, a apreciação do analista é fundamental, devendo os rácios ser encarados, como um complemento e interpretados com alguma atenção.

Assim, no ponto 1. vai-se fazer uma apreciação muito global e sectorial com base na evolução de algumas grandes rubricas e no ponto 2. uma análise mais estritamente financeira através de rácios

1. Análise global e sectorial

As empresas encontram-se distribuídas por quase todos os sectores de actividade:

- Agricultura e Pecuária: Enavi; Justino Lopes;
- Pesca Industrial: Interbase; Pescave; Scapa;
- Indústria Transformadora: Cabmar; Cabnave; Ceris; Fama; Macsobil; Metalcave; Moave; Morabeza; Onave; Sita; Sodigás; Sonacor; CITAC;
- Electricidade e Água: Electra;
- Construção: Emec; Mac;
- Comércio: Empa; Emprofac; Enacol; Fap;
- Hotelaria: Hotelmar;
- Transportes: ANV; Asa; Arca Verde; CGTM; Conchave; Enapor; TACV; Transcor;
- Comunicações: CTT;

É de realçar o grande número de empresas pertencentes aos sectores da Indústria Transformadora e Transportes, embora a empresa gigante do país - Empa -, esteja no sector do comércio. Convém referir que das treze empresas mistas 11 fazem parte do sector da Indústria Transformadora.

Apresenta-se um conjunto de dados do Sector Empresarial do Estado, referentes ao período 1987 a 1989

(1).

(1) Estes dados agregados é o resultado de uma sistematização de dados que efectuamos a partir de um trabalho publicado pelo Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças, em 1991, e têm como único objectivo dar uma ideia geral do sector, tendo como base a evolução de grande rubricas que consideramos importante.

Evolução de grandes rubricas
Sector Empresarial do Estado

	1987	1988	1989
Activo Líq. Total	19.519.988	22.213.371	21.906.712
Capital Alheio	12.008.254	14.173.539	14.762.574
Capital Próprio (1)	7.511.734	8.039.832	7.144.138
Investimento Líq.	1.788.731	2.858.521	1.198.495
Desp. Financ.	415.482	523.390	539.627
Desp. c/Pes.	1.763.070	1.867.051	2.038.162
Total Custos	10.795.514	12.018.003	13.453.209
Total Proveitos	10.901.700	11.842.534	13.588.871
Res. Cor. Exerc.	106.186	(75.469)	135.662
Impostos (2)	113.471	175.110	307.397
Res. Líquidos	(20.518)	(410.264)	(242.779)
Valor Acres. Bruto	3.628.997	3.700.202	4.159.845
Vol. de Emprego	6.807	6.192	6.093

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças Unidade: contos

A evolução de algumas rubricas dá-nos uma indicação clara da decadência do conjunto do Sector Empresarial do Estado. Deixou de haver incentivos ao investimento, e outra coisa não seria de esperar, visto que as empresas trabalhavam muito abaixo da sua capacidade produtiva. O investimento em 1989 diminuiu 1.660.026 contos relativamente ao ano anterior, ou seja, cerca de 58%.

(1) Situação líquida (inclui capital não realizado e outros "activos fictícios")

(2) São impostos directos e indirectos, sendo estes últimos pouco significativos

Consequentemente o Activo total deu em 1989 os primeiros sinais de uma certa diminuição. Os sectores com maior importância são os da Indústria Transformadora, Comércio e Transportes, cada um com cerca de 25% do total. Os outros sectores de actividade só participam com os restantes 25%. Os sectores de Construção, Hotelaria e Agricultura e Pecuária são os menos representativos, com valores inferiores a 1,5%.

O sector de actividade que mais beneficiou dos investimentos realizados foi o dos Transportes, que absorveu 59,2%, 55,8% e 43,5% em 1987, 1988 e 1989 respectivamente. Esta situação insere-se no quadro de uma política de aquisição dos meios de transportes marítimos e aéreos de que o país carecia, devido a sua total dependência do exterior neste domínio.

O sector da Pesca Industrial foi o sector que absorveu uma menor fatia do investimento, principalmente nos três anos em análise, com 0,5%, 0,4% e 0,2%. Apesar da pesca ser um dos raros recursos que o país possui, nunca houve uma política acertada de orientação, principalmente de investimentos, que permitisse um melhor aproveitamento desses recursos.

Os sectores da Hotelaria, da Construção e da Agricultura e Pecuária também apresentam uma fraca percentagem do investimento efectuado no âmbito do Sector Empresarial do Estado, devido ao facto desses sectores serem na sua quase totalidade dominados pela iniciativa privada, principalmente o sector Agro-Pecuário, cuja capacidade de investimento privado é muito reduzida.

Um outro indicador da degradação financeira do Sector Empresarial do Estado é o facto dos acréscimos dos totais dos proveitos serem menos que proporcionais aos totais dos custos. Consequentemente, os Resultados Correntes do Exercício apresentam um valor negativo de (75.469) contos em 1988, quando no ano anterior tinham apresentado um valor positivo de 106.186 contos. Os Resultados Líquidos registam uma evolução extremamente negativa a partir de 1986, ascendendo nesse ano (240.673) contos e registando em 1988 - o pior ano do triénio em análise - um défice de (410.264) contos.

Os sectores que mais contribuíram para o referido défice de 1988 foram: o sector dos Transportes com (320.103) contos, ou seja, 78% do total e o sector da Indústria Transformadora com (307.238) contos, correspondendo 75% do total, seguindo-se o sector das Pescas com 21% do total. Estes défices foram parcialmente compensados, principalmente pelo sector do Comércio, com um resultado positivo de 209.140 contos, seguido do sector de Comunicações, representado por uma única empresa - CTT - com 72.238 contos.

Não obstante os resultados negativos, os impostos (1) praticamente triplicaram de 1987 a 1989, atingindo precisamente um dos sectores mais deficitários, o da Indústria Transformadora, que participou nesse período com 37,6%, 50,8% e 66,3% do total. Isto quer dizer que as poucas empresas rentáveis deste sector, foram os principais contribuintes do imposto que o Estado foi buscar ao seu sector empresarial.

(1) As empresas pagavam impostos como base em estimativas do volume de vendas feitas pelas finanças, o que levou ao pagamento de impostos mesmo quando as empresas apresentavam prejuízos.



Sem entrar numa análise aprofundada das consequências da incidência dos impostos sobre as empresas do Sector Empresarial do Estado, o facto de os impostos terem diminuído, em 1986, quando os Resultados Líquidos começaram a ser negativos, para logo a seguir serem aumentados substancialmente, não obstante o agravamento dos resultados, parece indiciar que terá havido um agravamento dos impostos a penalizar bastante as empresas.

Convém referir que a situação concreta do país e as preocupações sociais do Governo conduziram a um Orçamento Geral do Estado deficitário, défice que se vinha agravando desde 1984. Ora, sendo uma das formas de diminuir o défice o aumento dos impostos às empresas que se apresentam numa situação financeira mais estável, tais aumentos não devem chegar ao ponto de as asfixiar.

Antes de entrarmos na análise da estrutura financeira propriamente dita, podemos desde já adiantar que outra componente importante dos custos foram as Despesas Financeiras.

Os sectores com maior peso relativo nas Despesas Financeiras foram a Indústria Transformadora, o Comércio e os Transportes, como se pode verificar através do seguinte quadro:

Peso das despesas financeiras por sectores

	1987	1988	1989
Indústria Transformadora	43,5%	38,3%	40,3%
Comércio	23,1%	20,1%	23,6%
Transportes	14,5%	22,7%	20,5%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças

Unidade: contos

No outro extremo encontram-se a Construção, com 0,1%, e a Agricultura e Pecuária com 0,5%, em 1989. É de salientar que não se trata de sectores com boa situação financeira, pelo contrário, trata-se de sectores, cujas empresas se encontravam ou em situação de falência técnica ou de extinção, e, conseqüentemente, não podiam ou não estariam em condições de assumir os compromissos perante o Banco de Cabo Verde.

Outro elemento dos custos geralmente significativo para as empresas foram as Despesas c/Pessoal, se bem que, no caso concreto em análise, não se podia concluir que elas tenham sido a razão da degradação da estrutura financeira das empresas, visto que só representavam em 1987, 1988 e 1989, respectivamente, 16,3%, 15,3% e 15,2%, do total dos custos. Desta forma, não sendo o problema do pessoal nas empresas os correspondentes custos, ele consubstancia-se na falta de motivação e fraca produtividade.

Regista-se uma redução do volume de empregos: em 1988, de 615 em relação ao ano anterior, tendo em 1989 essa redução sido de 99. Dado que não houve praticamente reduções pontuais de pessoal, as referidas reduções devem-se quase exclusivamente à falência de algumas empresas.

O sector dos Transportes absorve sozinho cerca de 1/3 dos empregos, confirmando o excesso de pessoal, agravando todas as conseqüências negativas que o sector vinha enfrentando. No outro extremo encontra-se o maior sector - Indústria Transformadora -, onde estavam concentradas a quase totalidade das empresas mistas, que só absorveu 10,5% em 1987, 12,1% e 17% nos dois anos seguintes.

As 14 empresas da Indústria Transformadora não foram boas empregadoras de mão-de-obra, contrariamente ao sector do Comércio, que com apenas 4 empresas absorveu mais de 1/4 do volume total de empregos.

2. Análise Financeira (1)

Se tivermos em consideração a evolução da estrutura dos balanços do Sector Empresarial do Estado, evidenciando os pesos do capital alheio e do capital próprio no activo, constatamos que a estrutura financeira é altamente desequilibrada.

Estrutura Financeira

	1987		1988		1989	
	Val. Abs.	%	Val. Abs.	%	Val. Abs.	%
Activo	19.519.988	100%	22.213.371	100%	21.906.712	100%
Capital Alheio	12.008.254	62%	14.173.539	64%	14.762.474	67%
Cap. Próprio (1)	7.511.734	38%	8.039.832	36%	7.144.138	33%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças. Unidade: contos

Em média o capital alheio representa cerca de 2/3 do activo, o que significa que a estrutura financeira é muito deficiente, principalmente se tivermos em conta que o capital próprio é na realidade mais baixo (1).

De facto as empresas não têm capacidade para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, pois, o grau de cobertura do activo por capitais próprios é muito baixo.

(1) Situação líquida (inclui capital não realizado e outros "activos fictícios")

Os encargos financeiros têm grande responsabilidade no desequilíbrio e insolvabilidade de muitas empresas. Se, a título de exemplo, compararmos as Despesas Financeiras com os Resultados Correntes do Exercício, constata-se que, em 1989, representaram cerca de 400%, de acordo com o seguinte quadro:

Peso das Desp. Financeiras nos Resultados

	1987	1988	1989
Despesas Financeiras	415.482	523.390	539.627
Res. Cor. Exercício	106.186	(75.469)	135.662
% Desp. Fin./Result.	391	-	398

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças Unidade: contos

Desta forma, os Resultados com que as empresas poderiam contar para o reforço da sua estrutura financeira foram canalizadas para as Despesas Financeiras. Muitas empresas apresentaram Resultados Correntes negativos devido às Despesas Financeiras.

Outro aspecto que merece uma abordagem é o equilíbrio da estrutura financeira de curto prazo. Este equilíbrio requer que o montante dos Capitais Circulantes seja superior ao do Exigível a Curto Prazo, visto que enquanto estes são certos nos seus montantes e datas de liquidação, aqueles são incertos não só nos montantes como também no momento de disponibilização. Daí que um nível adequado de um Fundo de Maneio seja uma garantia de existência de uma boa estrutura financeira:

O Fundo de Maneio das empresas públicas e mistas relativamente ao ano de 1989, foi o seguinte:

Fundo de Maneio

	Empresas Públicas	Empresas Mistas
Capital Circulante	7.143.470	1.090.811
Exigível C. Prazo	6.807.975	922.698
Fundo de Maneio	335.495	168.113

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças
Unidade: contos Ano: 1989

Pode-se analisar a capacidade da empresa para solver os seus compromissos de curto prazo através da liquidez. O pagamento pontual das dívidas que se vencem no curto prazo depende fundamentalmente duma boa política de crédito a clientes, de stocks e de crédito de fornecedores. Uma primeira avaliação de liquidez da empresa pode ser feita através da análise do Fundo de Maneio, cujo montante não deve ser demasiadamente exíguo, para que possa assegurar uma boa liquidez, nem demasiadamente elevado, para não pôr em risco a rentabilidade.

O rácio de liquidez geral (*Capital circulante/Exigível a c. Prazo*) é muito utilizado para avaliar a liquidez das empresas. No caso em estudo, tanto as empresas públicas como as mistas apresentavam valores um pouco superiores a um, durante o período em análise:

Rácio de liquidez geral

	1987	1988	1989
Empresas Públicas	1,3	1,2	1,0
Empresas Mistas	1,5	1,2	1,2

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças

Embora o montante dos Capitais Circulantes seja superior ao do Exigível a Curto Prazo, tendo em atenção a gestão das empresas cabo-verdianas, um valor do rácio não próximo de dois não nos oferece garantias da existência de uma boa situação financeira.

Um rácio complementar do da liquidez geral é o **rácio de liquidez reduzida** (*Capital circulante - Existência/Exigível a C. Prazo*), também designado por **rácio de tesouraria**, cujo interesse decorre do facto de ser normalmente elevado o peso dos stocks nos capitais circulantes.

A comparação dos valores do rácio de liquidez geral com os do rácio de liquidez reduzida a seguir indicados leva-nos a concluir, numa primeira abordagem, por um lado, que os valores apresentados pelas empresas públicas e mistas são semelhantes e inferiores aos desejados, e, por outro, que a influência dos stocks na liquidez das empresas não é grande:

Rácio de liquidez reduzida

	1987	1988	1989
Empresas Públicas	1,0	0,9	0,8
Empresas Mistas	1,0	0,8	0,7

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças

Entretanto, tendo em atenção o peso das empresas do sector terciário no conjunto das empresas que pela sua natureza praticamente não possuem stocks, uma análise separada das empresas pertencentes ao sector secundário levar-nos-ia a concluir o inverso.

O montante reduzido do Fundo de Maneio é uma indicação clara de que tanto as empresas públicas como as mistas possuem uma reduzida **Autonomia Financeira de Curto Prazo**. De facto, para as empresas públicas, o Fundo de Maneio diminuiu de 1987 a 1989 de 23% para 5% relativamente ao montante do Capital Circulante, verificando-se a mesma degradação em relação às empresas mistas, já que durante o mesmo período essa diminuição foi de 33% para 15%.

No que concerne a **Autonomia Financeira de M/L Prazo**, ela é também bastante reduzida para as empresas públicas e inexistente para as empresas mistas, visto que o Capital Próprio destas é negativo. Aliás, qualquer rácio que entra Capital Próprio só pode ser analisado para as empresas públicas.

Após a análise de alguns rácios financeiros, passemos a uma abordagem geral da evolução de alguns rácios económicos, de funcionamento e de produtividade.

No que concerne aos **rácios económicos** referir-nos-emos à rentabilidade dos capitais próprios e à rentabilidade das vendas. No que concerne a **rentabilidade dos capitais próprios** (*Resultados A. Impostos/ Capital Próprio*) constata-se que em relação às empresas públicas ela é praticamente inexistente em 1987 e negativa nos dois anos seguintes devido aos resultados negativos, como se pode verificar através do seguinte quadro:

Rentabilidade de Cap. Próprios das Emp. Públicas

	1987	1988	1989
1. Resultados	44.155	(210.990)	(80.506)
2. Capitais Próprios (1)	6.401.430	6.788.282	5.804.680
% 1./2.	0,7	(3)	(1,3)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças
Unidade: contos

Em relação às empresas mistas, na sua globalidade, não se pode pôr a questão da rentabilidade de capitais próprios, visto que o conjunto das treze empresas mistas apresenta um capital próprio negativo, devido exclusivamente a empresa Cabnave:

Capitais Próprios das Empresas Mistas

	1987	1988	1989
Empresas Mistas	(231.452)	(92.138)	(151.689)
Cabnave	(597.106)	(600.572)	(621.694)
F. Mistas (excepto Cab)	365.654	508.434	470.005

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças
Unidade: contos

Excluindo Cabnave, o rácio da rentabilidade de capitais próprios das empresas mistas passa a ser o seguinte:

Rentabilidade de Capitais Próprios

	1987	1988	1989
F. Mistas (excepto Cabnave)	30%	(0,6%)	13,3%

(1) Situação líquida - capital não realizado - outros "activos fictícios"

Se, por um lado, se pode abordar a questão de rentabilidade de capitais próprios com a exclusão da empresa Cabnave, por outro, constata-se que essa rentabilidade é negativa em 1988 devido a essa mesma exclusão. Isto quer dizer que a Cabnave foi responsável pelos Resultados Líquidos Antes dos Impostos verificados em 1988, como se pode ver através do seguinte quadro:

Resultados

	1987	1988	1989
Empresas Mistas	110.141	16.548	96.557
Cabnave	632	47.157	34.224

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças Unidade: contos

No que diz respeito à rentabilidade das vendas (*Resultados A. Impostos/Vendas*), a análise é semelhante. Enquanto nos anos de 1988 e 1989 ela é negativa para as empresas públicas, no mesmo período ela aumentou para as empresas mistas de 1,3% para 5,5%. Estes dois rácios mostram claramente uma situação económica má para as empresas públicas e relativamente modesta para as mistas. O conjunto do Sector Empresarial do Estado reflecte as diferenças de rentabilidade das vendas entre as empresas públicas e as mistas, principalmente nos anos de 1987 e 1989, como se pode constatar através do seguinte quadro:

Rentabilidade das vendas

	1987	1988	1989
Empresas Públicas	0,5%	(2,1%)	(0,7%)
Empresas Mistas	9,7%	1,3%	5,5%
S. E. E.	1,5%	(1,7%)	0,1%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças

A inexistência ou fraca rentabilidade, em geral, deve-se aos elevados custos entre os quais os encargos financeiros. O quadro seguinte permite-nos comparar a evolução dos Resultados Antes dos Impostos e dos Encargos Financeiros para as empresas públicas:

Peso dos Encargos Financeiros nos Resultados

	1987	1988	1989
1. Encargos financeiros	382.167	463.288	455.482
2. Result. A. Impostos	44.155	(210.990)	(80.482)
% 1./2.	866%	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças Unidade: contos

Independentemente doutras razões que possam ter contribuído para a degradação financeira e falência técnica de algumas empresas públicas, desde já podemos concluir que os Encargos Financeiros aparecem como uma das causas. De facto só em 1987, o peso dos Encargos Financeiros nos Resultados Líquidos Antes de Impostos é de 866%, ou seja, quase nove vezes superior.

A mesma análise se pode fazer em relação às empresas mistas:

Peso dos Encargos Financeiros nos Resultados

	1987	1988	1989
1. Encargos financeiros	33.315	60.102	84.145
2. Result. A. Impostos	110.141	16.448	96.557
% 1./2.	30%	365%	87%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Gabinete de Apoio às Empresas do Ministério das Finanças Unidade: contos

A situação das empresas mistas é um pouco melhor, sem deixar de ser má, principalmente em 1988, cujos Encargos Financeiros representavam 365% dos Resultados Antes de Impostos.

Os rácios de funcionamento constituem outro conjunto importante de rácios que pode ser analisado. Um dos rácios a analisar é o **Prazo Médio de Recebimento** (*Cliente/Vendas *12*), cujo valor médio durante o período em análise é de cerca de 3 meses para o conjunto do sector. É de salientar uma ligeira melhoria de 1988 para 1989, tanto para as empresas públicas que reduziram o prazo de 3,2 para 2,5 meses, como para as mistas, cuja redução foi de 3,5 para 2,9 meses.

É importante comparar o prazo médio de recebimento com o **Prazo Médio de Pagamento** (*Fornecedores/Compras* * 12). Neste aspecto as empresas mistas estão em vantagem, compensando a deficiente política de cobrança, já que apresentavam um valor médio de pagamento de cerca de 7 meses, enquanto às empresas públicas apresentavam um valor à volta de 4 meses. Entretanto, é preciso ter em consideração que o prazo médio de pagamento das empresas não significa facilidades de crédito dos fornecedores, mas resulta da dificuldade das empresas em assumirem os seus compromissos de curto prazo.

Outro rácio complementar do prazo médio de recebimento e de pagamento é a **Duração Média das Existências de Mercadorias** (*Existências/Custos das Existências Vendidas e Consumidas* * 12). Este rácio apresentava um valor médio de cerca de 3,5 meses para as empresas públicas e quase 8 meses para o conjunto das empresas mistas.

Não é desejável uma duração média das existências superior a 3 meses, pelo que o valor de 8 meses apresentado pelas empresas mistas penaliza grandemente a sua estrutura financeira. Esta situação deve-se ao isolamento de Cabo Verde e à dificuldade de aprovisionamento rápido, implicando a necessidade de ter grandes stocks.

Outro rácio que poderá ter interesse medir é o **rácio de produtividade** (*VAB/Volume de emprego*), que em relação às empresas públicas aumentou de 518 contos, em 1987, para 688 contos, em 1989, e relativamente às empresas mistas, diminuiu de 708 contos, em 1988, para 661 contos, em 1989.

No que concerne aos **Rácios de Remunerações**, pode-se abordar a questão da **Remuneração Média Anual** (*Despesas com Pessoal/Volume de emprego*), que de 1987 para 1989 aumentou de 251 contos por emprego para 346 contos em relação às empresas públicas, se reduziu durante o mesmo período de 332 contos para 280 contos, relativamente às empresas mistas.

Por último, outro indicador importante é a **Repartição do Valor Acrescentado Bruto** (*Despesas com Pessoal/Valor Acrescentado Bruto*), que andou à volta de 50%, tanto para as empresas públicas como para as empresas mistas, embora com tendência a baixar em relação a este último conjunto de empresas.

A conclusão mais relevante deste capítulo é a reconfirmação de uma estrutura financeira altamente desequilibrada, enormes custos entre os quais destaca-se os **Encargos Financeiros** e, conseqüentemente, a inexistência de rentabilidade.

CAPÍTULO V

O ENQUADRAMENTO DE CRÉDITO FACE AO SISTEMA FINANCEIRO E À POLÍTICA CAMBIAL E MONETÁRIA

1. Caracterização do sistema financeiro

Até 1993, o sistema financeiro cabo-verdiano era essencialmente baseado numa única instituição de crédito, o Banco de Cabo Verde (BCV), com funções de banco central e de banco universal.

Paralelamente existia a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), a que eram cometidas as funções inerentes às de um banco de poupança, cujas operações activas se limitavam à concessão de créditos pessoais, incluindo o crédito à habitação.

A reestruturação do sistema financeiro teve o seu início ainda na Iª República com a publicação dos Decretos-Lei nº 52-D/90, 52-E/90 e 52-F/90, de 4 de Julho, dos quais se pode destacar o seguinte:

- a desafecção do Banco de Cabo Verde das funções de banco comercial e de desenvolvimento;
- a fixação de um quadro para o exercício da actividade bancária e de crédito;
- a possibilidade de existência de bancos comerciais privados;
- a regulação do acesso à actividade seguradora, abrindo o sector à iniciativa privada.

Em Outubro de 1991, houve a cisão do Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS) em duas instituições: uma ligada à actividade de previdência social - Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) - e outra, de capitais públicos, directamente ligada à actividade seguradora - GARANTIA -. No ano seguinte foi constituída uma segunda companhia de seguros - IMPAR -, de capitais privados nacionais e estrangeiros.

O Decreto-Lei nº 132/91, de 2 de Outubro, criou o Instituto de Seguros de Cabo Verde (ISCV), para exercer a função de autoridade de controlo e supervisão da actividade seguradora.

A publicação do Decreto-Lei 18/93, de 19 de Março, veio introduzir as alterações mais significativas no sistema financeiro, regulando a constituição e as condições de funcionamento das instituições bancárias. O Decreto-Lei 42/93, de 16 de Julho estabelece a Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde (BCV), limitando a sua actividade exclusivamente como Banco Central (BC) e criando simultaneamente o Banco Comercial do Atlântico, SARL (BCA). Este constituiu-se como banco universal, a partir das estruturas e meios afectos às antigas áreas comerciais e de desenvolvimento do Banco de Cabo Verde (BCV).

O Banco Comercial do Atlântico, SARL (BCA) iniciou a sua actividade em 1 de Setembro de 1993, ficando com as agências que o Banco de Cabo Verde (BCV) detinha nas ilhas, assegurando a este novo banco uma implantação nacional no domínio do financiamento da actividade produtiva e comercial.

Compete ao Banco de Cabo Verde (BCV), como Banco Central (BC) do país, colaborar na definição e executar a política monetária e cambial com base nas orientações do governo, gerir as divisas do país e supervisionar o sistema financeiro, assegurando a função de refinanciador em última instância.

A nível da política monetária, o Banco de Cabo Verde (BCV) é responsável pelo controlo do programa monetário e elaboração de estatísticas monetárias visando a gestão e acompanhamento da massa monetária, disponibilidades externas, crédito e balança de pagamentos.

No que concerne à política cambial, o Banco de Cabo Verde (BCV) tem como função disciplinar a utilização dos recursos externos, através da gestão do orçamento cambial, no quadro da programação monetária e cambial.

Para fundamentar as políticas internas e responder às solicitações externas de informação, no quadro das relações que mantêm com Organismos Internacionais, o Banco de Cabo Verde (BCV) assegura ainda a elaboração de estatísticas monetárias, financeiras e cambiais.

O Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de Agosto alterou os estatutos da Caixa Económica de Cabo Verde, SARL, (CECV), teve como objectivo a sua transformação num banco de carácter universal e abriu a possibilidade dos privados nacionais participarem na subscrição de uma parte do seu capital social.

A Caixa Económica de Cabo Verde, SARL (CECV) tem por objecto o exercício da actividade bancária, estando autorizada a receber depósitos e a aplicar fundos recebidos na concessão de crédito e na aquisição de participações financeiras.

No que concerne à concessão de crédito, a Caixa Económica de Cabo Verde, SARL (CECV) pode conceder crédito pessoal, a habitação, a municípios, a empresas e ainda as operações de exportação, importação e operações cambiais, nas condições definidas pelo Banco Central (BC).

Em 1994, o governo criou a Caixa de Crédito Rural, SARL (CCR), instituição de natureza parabancária, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo objectivo é facilitar a obtenção de crédito aos agentes económicos dos sectores da agricultura, silvicultura, pecuária e pesca e às cooperativas que operam nestes sectores.

O Decreto-Lei nº 44/94, de 25 de Julho, estabelece as condições de constituição e funcionamento das Agências de Câmbios, classificadas como organismos auxiliares de crédito, cujo objectivo é a realização de operações de aquisição ou alienação de notas e moedas estrangeiras ou de cheques de viagens por organismos que não sejam instituições de crédito.

A nível dos instrumentos financeiros, a emissão de Obrigações de Tesouro no mercado interno foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 45/93, no âmbito do artigo 26º da Lei nº 61/IV/92, de 30 de Dezembro, com vista a tornar possível o financiamento progressivo do défice orçamental através de mecanismos não monetários, mediante a colocação destes títulos através do Banco de Cabo Verde (BCV), em representação do Estado.

Embora as taxas de juro passivas e activas continuem a ser fixadas administrativamente, com o objectivo de reduzir essa intervenção administrativa, o Banco de Cabo Verde (BCV) elaborou o Aviso nº 4/94, publicado no Boletim Oficial nº 6, Iª série, de 7 de Fevereiro, flexibilizando algumas taxas dos empréstimos e dos depósitos e deixando a possibilidade de algumas delas serem estabelecidas por negociação entre as partes.

Não obstante as reformas até agora implementadas, o sistema financeiro cabo-verdiano continua sendo muito embrionário, reflectindo o estágio do desenvolvimento do país. Existem seis instituições, três das quais monetárias: Banco de Cabo Verde (BCV), Banco Comercial do Atlântico (BCA) e Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) e três não monetárias: Caixa de Crédito Rural, SARL, (ainda em fase de instalação), GARANTIA e IMPAR. É de sublinhar uma grande assimetria entre os dois bancos universais existentes, detendo o Banco Comercial do Atlântico (BCA) cerca de 95% das quotas de mercado relativamente à captação de depósitos.

2. Política cambial

Após a independência, o escudo cabo-verdiano esteve vinculado ao escudo português. No entanto, em 1977, o Banco de Cabo Verde (BCV), abandonou a política de vinculação do escudo cabo-verdiano ao escudo português e adoptou a política de ligar o escudo cabo-verdiano a um cabaz de moedas, representando nove dos mais importantes parceiros comerciais de Cabo Verde.

Os valores são calculados com base nas importações globais mais um terço das remessas de emigrantes de cada um dos referidos países. O peso de cada moeda do cabaz é considerado igual à sua proporção das importações e dos valores das remessas de entre os nove países.

A taxa de câmbio do escudo cabo-verdiano é fixada diariamente com base nas moedas incluídas no cabaz, tendo como moeda de referência, o dólar americano.

O cálculo de determinação da taxa de câmbio é bastante simples, mas alguns problemas que o mesmo levanta não devem ser ignorados, nomeadamente:

- as ponderações têm de ser frequentemente revistas de modo a corresponderem aos fluxos actuais de comércio;

- a possibilidade de um dos parceiros comerciais determinar um movimento brusco na sua taxa de câmbio;

- a possibilidade de um dos parceiros comerciais, por razões de ordem interna, adoptar um "crawling peg", provocando um efeito de arrastamento da moeda cabo-verdiana.

Aliás, embora razões de ordem comercial determinassem uma ligação muito estreita entre o escudo cabo-verdiano e o escudo português, o governo de Cabo Verde decidiu mudar o regime, visto que a desvalorização significativa do escudo português em Fevereiro de 1977, caso fosse seguida, produziria efeitos negativos sobre o nível de preços sem que tornassem efectivos os efeitos considerados positivos no caso de desvalorização.

O objectivo central do Governo de Cabo Verde ao seleccionar o cabaz de moedas era o de obter uma taxa de câmbio razoavelmente estável, controlando ao mesmo tempo, as consequências da política económica portuguesa sobre a moeda cabo-verdiana. Considera-se importante ao seleccionar um cabaz o de manter a taxa de câmbio efectiva próxima duma denominada "taxa de câmbio de equilíbrio", evitando, assim, bruscas mudanças de Paridade do Poder de Compra.

O quadro que a seguir se apresenta dá ideia da taxa de câmbio efectiva nos primeiros anos da independência de Cabo Verde.

Taxa de câmbio efectiva do escudo cabo-verdiano
- variação anual (%) -

1977	1978	1979	1980	1981	1982
- 6,98	-0,41	+1,08	+7,09	+2,45	+7,45

Fonte: Dados fornecidos pelo BCV; (-) apreciação; (+) depreciação

Não obstante uma relativa estabilidade, nota-se que no período posterior a 1979 a taxa de câmbio efectiva mostra oscilações mais pronunciadas, com evidente tendência para a depreciação da moeda cabo-verdiana.

Outra questão importante é o facto de Portugal, o parceiro comercial com maior ponderação no cabaz, ter aplicado uma política de "crawling peg" acelerado desde Fevereiro de 1977, fazendo o preço da moeda cabo-verdiana reflectir a desvalorização deslizando da moeda portuguesa. Neste caso, introduziu-se no cálculo do valor da moeda cabo-verdiana um factor que resulta de considerações da política económica portuguesa, alheias, sem dúvida, aos interesses de Cabo Verde.

Tendo como base de cálculo as importações do ano e um terço das remessas, os pesos da cesta, por exemplo, em 1991, é a seguinte:

Pesos da cesta: 1991

País	Portugal	Holanda	França	Suécia	Dinam.	Suiça	Japão	Itália	Alem.
Peso	55,1	14,4	4,6	4,4	3,3	9,3	2,8	3,8	2,8

Fonte: Dados fornecidos pelo BCV

Verifica-se que a moeda dominante da cesta é o escudo português, com um peso de 55,1%. O florim holandês tem um peso de 14,4% e o franco suíço de 9,3%. Nenhuma das outras moedas tem peso superior a 5%.

A forma como a cesta actual é concebida demonstra claramente a preocupação do governo de Cabo Verde de manter a estabilidade dos preços através da ligação da taxa da câmbio às moedas dos países de importação. A razão de inclusão de um terço das remessas é menos clara. Segundo o Banco de Cabo Verde, não se consideram as exportações, visto que elas são pouco significativas e têm destinos muito variáveis.

O desempenho do escudo cabo-verdiano em relação às outras moedas, desde 1983, é ilustrado no quadro seguinte:

A taxa de câmbio nominal 1983-92

- Índice da taxa de câmbio (1983=100) -

	Esc. Port.	Florim	Peseta	Franco Fr	Lira	Libra	Marco Al.	\$USA
1984	112,8	95,0	95,0	96,9	97,7	96,1	94,3	84,6
1985	121,8	90,6	92,8	91,9	98,3	91,9	89,8	78,2
1986	121,4	76,7	87,4	81,4	87,7	92,4	76,0	89,4
1987	126,6	70,3	85,2	78,2	84,9	91,8	69,7	99,3
1988	129,9	68,8	80,7	77,7	85,2	84,5	68,6	99,5
1989	131,2	68,3	75,9	76,9	83,0	85,0	67,9	92,0
1990	132,4	65,3	72,9	73,2	80,8	87,2	64,8	102,4
1991	131,6	65,7	72,7	74,3	81,9	86,3	65,2	100,5
1992	130,3	65,8	75,5	74,2	85,5	90,8	65,3	106,5

Obs: Um aumento do índice da taxa de câmbio implica uma apreciação do esc. cabo-verdiano

Fonte: Dados fornecidos pelo Banco de Cabo Verde

Verifica-se que entre 1983 e 1985 o escudo cabo-verdiano valorizou-se em 21,8% contra o escudo português. Em 1986 o escudo cabo-verdiano permaneceu, numa base média anual, na mesma paridade que o escudo português. Contudo, de 1986 a 1989 o escudo cabo-verdiano valorizou-se contra o escudo português, a uma taxa de 10%, de forma que, durante o período em análise, ocorreu uma valorização nominal de cerca de 30%.

Esta valorização em relação ao escudo português tem sido equilibrada através da desvalorização em relação às outras moedas do cabaz. A outra única moeda contra a qual o escudo cabo-verdiano se valorizou cerca de 6,5% de 1990 a 1992 é o dólar americano.

Constata-se ainda que de 1990 a 1992 o escudo cabo-verdiano permaneceu relativamente estável em relação à maioria das moedas europeias e o escudo português, devido à participação destes países no Mecanismo da Taxa de Câmbio (MTC) do Sistema Monetário Europeu.

A evolução da taxa de câmbio real, que se apresenta nos dois quadros seguintes, depende das taxas de câmbio nominais e da diferença entre a taxa de inflação em Cabo Verde e da taxa de inflação dos parceiros comerciais.

Índice da Taxa de Câmbio Real (1983=100)

	Esc. Port.	Florim	Franco Fr.	Lira	Libra
1984	98,8	105,0	94,66	100,6	104,3
1985	99,1	109,5	107,6	103,2	104,4
1986	101,4	105,0	103,7	99,1	116,1
1987	100,7	100,9	100,2	95,0	115,2
1988	98,2	102,3	100,8	94,9	105,7
1989	95,9	109,1	104,5	94,6	107,1
1990	94,2	112,3	106,2	95,4	110,3
1991	90,5	117,3	112,6	98,1	111,0
1992	88,0	120,6	117,0	99,6	121,7

Obs: Um aumento no índice da taxa de câmbio implica uma apreciação do esc. cabo-verdiano

Fonte: Dados fornecidos pelo Banco de Cabo Verde

Índice da Taxa de Câmbio Real (1983=100)

	Marco Al.	§US	Franco suíço	Yen	Coroa Sueca	Coroa Dinam.
1984	104,9	92,4	104,8	94,4	96,3	10222,7
1985	109,5	92,1	109,2	95,7	96,1	103,4
1986	105,4	117,5	103,4	87,5	99,4	99,2
1987	100,5	130,8	97,6	86,6	98,0	93,1
1988	101,4	131,5	98,3	79,7	93,6	91,7
1989	106,2	126,2	107,1	844,3	93,1	95,5
1990	109,2	147,1	106,0	105,5	95,0	96,8
1991	114,4	148,9	109,2	100,4	93,7	103,2
1992	117,4	164,0	116,7	105,2	100,1	108,2

Obs: Um aumento no índice da taxa de câmbio implica uma apreciação do esc. cabo-verdiano

Fonte: Dados fornecidos pelo Banco de Cabo Verde

Entre 1983 e 1986, o escudo português desvalorizou-se em relação ao escudo cabo-verdiano cerca de 20%, mas devido a maior inflação em Portugal, a taxa de câmbio real manteve-se constante em relação ao escudo português. Não obstante a taxa de câmbio nominal contra o escudo português se ter apreciado em apenas 10% entre 1986 e 1992, o nível de inflação em Cabo Verde segurou uma depreciação real de cerca de 13%. A elevada taxa de inflação em Portugal, país de onde Cabo Verde importa a maioria dos produtos, causou inflação neste país, via aumento do preço de importação.

A evolução das taxas de inflação dos principais parceiros comerciais de Cabo Verde, é a seguinte:

Taxas de inflação (1)

	1987	1988	1989	1990	1991
Portugal	9,4	9,6	12,6	13,4	12,0
Holanda	-0,7	0,7	1,1	2,5	3,2
França	3,3	2,7	3,5	3,4	3,2
Suécia	4,2	5,8	6,4	10,5	10,1
Espanha	5,3	4,8	6,8	6,7	6,2
Suíça	1,4	1,9	3,2	5,4	6,3
Inglaterra	4,1	4,9	7,8	9,5	5,9
Alemanha	0,2	1,3	2,8	2,7	3,0
Dinamarca	4,0	4,6	4,8	2,6	2,5

Fonte: Dados fornecidos pelo Banco de Cabo Verde (1) Taxas efectivamente utilizadas pelo BCV

Estas taxas provocaram em Cabo Verde a seguinte inflação importada:

Inflação importada

	1987	1988	1989	1990	1991
Infl. imp.	5,6	6,1	8,1	9,1	8,4

Fonte: Dados fornecidos pelo Banco de Cabo Verde

Embora a subida da inflação em Cabo Verde tenha provocado uma pequena apreciação em 1990, de 1985 a 1990 verificou-se uma depreciação real média anual de 1%, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Taxa de Câmbio Real Efectiva (TCRE): 1985-90
(variação percentual)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	85/90
TCRE	-4,0	+0,1	-1,1	+0,1	-2,3	+1,2	-1,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

A inexistência de um mercado paralelo expressivo de divisas, o equilíbrio das contas externas (graças as remessas dos emigrantes e a ajuda pública ao desenvolvimento), o pagamento do serviço da dívida, a existência de reservas suficientes para permitir a cobertura de alguns meses de importação e o facto da taxa de juro real efectiva ter prosseguido uma trajectória suave sem mudanças bruscas do valor real do escudo cabo-verdiano, são indicadores que nos permitem afirmar que Cabo Verde tem tido sucesso na sua política cambial.

A própria missão do FMI é de opinião que não se justifica uma desvalorização discreta do escudo cabo-verdiano e nem há necessidade de se proceder a nenhum ajustamento cambial (embora, em 1988, estivesse um pouco sobrevalorizado, em relação ao escudo português), não obstante o processo de liberalização em curso, desde que se adoptem políticas orçamentais e monetárias rigorosas, com vista a controlar a procura agregada e a coarctar as fontes internas da inflação. Políticas menos rigorosas, para além de provocar desequilíbrios nas contas externas, geram tendências inflacionistas que podem levar as autoridades a necessidade de desvalorizar.

É importante sublinhar que uma eventual desvalorização do escudo cabo-verdiano teria como consequência um aumento imediato da inflação, visto que as exportações são insignificantes e as importações são muito elevadas, representando cerca de 60% do PIB.

3. O enquadramento de crédito como instrumento da política monetária

Condicionantes da economia caboverdeana, nomeadamente o défice da Balança Comercial, determinam a natureza da política monetária seguida pelo Banco de Cabo Verde.

A política seguida tem sido orientada no sentido de satisfazer os seguintes objectivos:

- estabilidade do índice de preços no consumidor;
- defesa da Balança de Pagamentos;
- financiamento do crescimento económico.

Para a realização desses objectivos, o Banco Central tem utilizado como principal instrumento de controlo monetário a fixação de limites à expansão do crédito bancário interno. Não obstante a eficácia deste instrumento no que concerne ao equilíbrio da balança de pagamentos e à contenção da inflação, a sua utilização comporta custos, quer para o financiamento da economia, quer para a eficiência e rentabilidade bancária.

O Banco de Cabo Verde adopta geralmente uma política que tem como objectivo um aumento anual da massa monetária compatível com o crescimento do Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB) e o Índice de Preço no Consumidor (IPC).

O quadro seguinte mostra a evolução da Massa Monetária (M2), do PIB a preços correntes e de mercado e do IPC, de 1987 a 1989.

Evolução anual de M2, PIB, IPC

	1987		1988		1989	
	Val. Ab.	%	Val. Ab.	%	Val. Ab.	% nomin.
M2	8465,6	7,7	9633,3	13,8	11255,1	16,9
PIB	17984,1	15,6	20640,0	14,8	23118,3	12
IPC		3,8		4,7		7,7

Fonte: Fundo Monetário Internacional - 1990; Unidade: milhões de escudos cabo-verdianos

Constata-se de facto a preocupação de controlo do crescimento da Massa Monetária, embora os 16,9% em 1989, tenham ultrapassado largamente o crescimento do PIB. De qualquer forma, o crescimento do PIB também parece exagerado, mas é preciso ter em consideração que o mesmo é calculado a preços correntes e que geralmente o deflator do PIB é superior ao IPC, como se pode verificar através do seguinte quadro:

Evolução do IPC, Deflator do PIB

	1987	1988	1989
IPC	3,8	4,7	7,7
Deflator PIB	7,5	6,6	7,7

Fonte: Fundo Monetário Internacional - 1990

Constata-se uma evolução bastante significativa dos grandes agregados monetários que formam a massa monetária.

ESTRUTURA DA MASSA MONETÁRIA

	1987	1988	1989
1. Passivos Monet. (M1)	5710,4	5718,6	6410,5
Moeda em Circulação	1955,9	2219,2	2490,3
Depósito à Ordem	3531,1	3244,2	3568,6
Outros	223,5	255,2	351,6
2. Passivos quase Monet.	2755,2	3911,7	4844,6
Depósitos à Prazo	2527,1	3589,9	4659,4
Depósitos Obrigat.	228,1	321,8	185,2
M2 (1 + 2)	8465,6	9630,3	11255,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

Unidade: milhões de escudos cabo-verdianos

Verifica-se que enquanto os passivos monetários tiveram um crescimento zero em 1988 e 12% em 1989, os passivos quase monetários reflectem uma tendência inversa, passando de cerca de 42% em 1988 para cerca de 24% em 1989.

Estas flutuações justificam-se pelo comportamento dos depósitos à ordem, que de um crescimento negativo de -8,1% em 1988 passou para um crescimento positivo de 10% em 1989, enquanto o ritmo de crescimento dos depósitos a prazo, durante o mesmo período, baixou de 42% para 29,8%, comportamentos esses que reflectem o crescimento da taxa de inflação em Cabo Verde.

A estrutura da Massa Monetária pode ser analisada através do quadro seguinte:

ESTRUTURA DA MASSA MONETÁRIA

(% em 31/12)

	1987	1988	1989
1. Passivos Monet. (M1)	67,5	59,4	56,9
Moeda em Circulação	23,1	23,0	22,1
Depósito a Ordem	41,7	33,7	31,7
Outros	2,7	2,7	3,1
2. Passivos quase Monet.	32,5	40,6	43,1
Depósitos a Prazo	29,8	37,3	41,4
Depósitos Obrigat.	2,7	3,3	1,7
M2 (1 + 2)	100	100	100

Fonte: Banco de Cabo Verde

Unidade: milhões de escudos cabo-verdianos

Analisando a estrutura da massa monetária verifica-se um decréscimo do peso dos passivos monetários de 10,6% entre 1987 e 1989, a favor dos quase monetários que cresceram a mesma percentagem durante o mesmo período. Esta inversão de tendência pode ser verificada através dos depósitos à ordem que diminuíram 10%, enquanto os depósitos à prazo aumentaram 11,6% durante o período em análise. É de realçar o peso dos depósitos de emigrantes que de 1987 para 1989 aumentaram de 4,5% para 8,1% em relação aos passivos quase monetários.

Os factores de criação de moeda, isto é, as contrapartidas da massa monetária, podem ser analisados através do quadro seguinte:

FACTORES DE CRIAÇÃO DE MOEDA
(Estrutura da taxa de crescimento)

	1987	1988	1989
Activo Externo Líquido	12,1	6,9	-5,2
Crédito Interno Líquido	-4,4	6,8	22,2
Crédito ao Gov. Central	1,4	1,1	1,6
Crédito aos Gov. Locais	0,0	0,2	0,1
Crédito às I.F.N.M.	0,4	1,2	0,7
Crédito às FP n/Financ.	-1,4	0,6	1,8
Crédito ao Sector Priv. (1)	7,6	4,3	7,3
Diversos (líquido)	-12,4	-0,6	10,7
Massa Monetária (M2)	7,7	13,7	17

Fonte: Banco de Cabo Verde

(1) inclui empresas mistas

Regista-se de 1987 para 1989 uma inversão dos factores de criação monetária. Em 1987, o factor principal do crescimento de 7,7% da massa monetária é o Activo Externo Líquido, que registou um crescimento em relação ao ano anterior de 12,1, ao contrário do Crédito Interno Líquido que decresceu -4,4%, embora o crédito ao sector privado tenha aumentado 7,6%. Em 1989, o factor principal do crescimento de 17% da massa monetária relativamente ao ano anterior é o Crédito Interno Líquido, cujo aumento é de 22,2%, com destaque para o crédito ao sector privado, e os diversos líquidos, rubrica residual, que segundo o relatório do Banco de Cabo Verde contém entre outros, transacções creditícias de natureza excepcional em fase de regularização, a exemplo de linhas de crédito de apoio à exportação. Neste mesmo ano, o Activo Externo Líquido registou uma diminuição de 5,2%. O ano de 1988, foi de equilíbrio de participação dos dois principais factores de criação de moeda: activo externo líquido e crédito interno líquido.

Embora o enquadramento do crédito seja o instrumento privilegiado da política monetária com vista ao equilíbrio da balança de pagamentos e a estabilidade dos preços, como se constata o Banco de Cabo Verde não deixou de se preocupar com as reais necessidades de financiamento da economia.

A metodologia normalmente utilizada pelo Banco de Cabo Verde para a programação do crédito é a chamada programação monetária, através da seguinte equação de equilíbrio contabilístico:

$$DLX + CIT = M2 + DIV$$

DLX - Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior

CIT- Crédito Interno Total

M2 - Massa Monetária (moeda em circulação + depósito à ordem + depósito à prazo)

DIV - Diversos Líquidos, rubrica residual que, por hipótese, é considerada igual a zero.

Em termos de variação, o modelo apresentado assume a seguinte formulação:

$$CIT = M2 - DLX$$

Desta forma identifica-se a variável objectivo: CIT.

Os valores absolutos e a evolução percentual de 1987 a 1989 de M2, DLX e CIT, bem como a variação anual de cada um destes agregados, podem ser analisados através dos dois quadros seguintes:

VALORES DE M2, DLX, CIT

	1987		1988		1989	
	Val. Ab.	%	Val. Ab.	%	Val. Ab.	%
M2	8465,6	7,7	9633,3	13,8	11255,1	16,9
DLX	5283,5	22,0	5869,2	11,1	5368,9	-8,5
CIT	5046,9	11,6	5627,9	11,5	7111,5	26,4

Unidade: milhões de escudos cabo-verdianos

Fonte: Banco de Cabo Verde

VARIAÇÃO ANUAL DE M2, DLX, CIT

Varição	1987	1988	1989
$\Delta M2$	607	1167,7	1621,8
ΔDLX	951,7	585,7	-500,3
ΔCIT	525,7	581	1483,6

Unidade: milhões de escudos cabo-verdianos

Fonte: Banco de Cabo Verde

Uma análise da variação anual de $\Delta M2$, ΔDLX e ΔCIT leva-nos a concluir que, perante os desvios verificados, não nos parece razoável desprezar a variável DIV do modelo seguido pelo Banco de Cabo Verde para o cálculo do crédito interno líquido, como se pode constatar através do quadro que a seguir se apresenta.

DESVIOS NO CÁLCULO DO CIT

VARIAÇÃO	1987	1988	1989
1. CIT	525,7	581	1483,6
2. M2 - DLX	-344,7	582	2122,1
3 = 1 - 2 (desvios)	870,4	-1	-638,5
4 = 3/2 (% dos desvios)	253	0	-30

Unidade: milhões de escudos cabo-verdianos

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os desvios do CIT em relação à diferença entre o M2 e o DLX em 1987 e 1989 leva-nos a pôr em dúvida a hipótese de se considerar no modelo a variável DIV igual a zero, numa economia com as características de Cabo Verde.

Não é normal que o crédito interno líquido apresente em 1987 uma variação positiva de 253% em relação à programação monetária com base no modelo. Menos normal ainda é o facto do crédito interno líquido ter registado um aumento de cerca de 26,4% em 1989 relativamente ao ano anterior, ao mesmo tempo que, segundo a metodologia aplicada para o cálculo do mesmo, esse aumento deveria ser ainda superior em 30%. Um estudo mais exaustivo deve ser feito no sentido de ser utilizado para a programação monetária, um modelo para o cálculo do crédito interno líquido mais adaptado à realidade da economia cabo-verdiana.

Na verdade, é a gestão das disponibilidades sobre o exterior que constitui o principal factor determinante das políticas monetária, cambial e orçamental em Cabo Verde.

O objectivo do equilíbrio das contas externas, constitui o principal responsável pela restrição a que a política monetária e orçamental estão sujeitas. Como se pode constatar através do quadro seguinte, as variações das disponibilidades líquidas sobre o exterior têm sido um dos factores que mais têm explicado as oscilações da massa monetária.

Considerando somente os DLX e o CIT como únicos factores de criação de moeda, a evolução da sua estrutura de variação é a seguinte:

FACTORES DE CRIAÇÃO DE MOEDA

(Estrutura de Variação)

	1987		1988		1989	
	Variação	%	Variação	%	Variação	%
1. DLX	951,7	64,4	585,7	50,2	-500,3	-50,9
2. CIT	525,7	35,6	581	49,8	1483,6	150,9
3=1+2	1477,4	100	1166,7	100	983,3	100

Unidade: milhões de escudos cabo-verdianos

Fonte: Banco de Cabo Verde

Regista-se com muita preocupação a degradação das disponibilidades líquidas sobre o exterior, tendo apresentado resultados negativos em 1989 no valor de 500,3 milhões de escudos cabo-verdianos, correspondente a um decréscimo de cerca de 51% em relação ao ano anterior, confirmando a tendência que de 1988, cuja redução relativamente ano de 1987 foi de 366 milhões de escudos cabo-verdianos, ou seja, 38,5%.

Pode-se apontar como uma das causas dessa degradação, o crescimento do crédito interno líquido, cuja participação na criação monetária em 1989 foi de 150,9%.

Constata-se uma grande correlação entre o crédito interno e as disponibilidades externas, traduzindo de uma forma clara a fraqueza do sistema produtivo nacional, dado que qualquer variação no crédito interno corresponde a uma variação quase equivalente nas disponibilidades externas. Por outro lado, é patente a dependência do país das transferências do exterior, para o equilíbrio das contas externas, uma vez que uma evolução menos favorável destas transferências afecta substancial e negativamente as disponibilidades líquidas sobre o exterior.

Apesar da grande correlação entre o crédito interno e as disponibilidades externas, o Banco de Cabo Verde, na qualidade de praticamente única instituição de crédito do país, não deixou de ter em vista as reais necessidades de financiamento do país, como se pode constatar através do quadro seguinte, que nos dá a distribuição de crédito por sectores institucionais.

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO POR SECTORES INSTITUCIONAIS

(saldo em milhões de escudos em 31/12)

	1987	1988	1989
Crédito ao Gov. Central	719,2	813,6	312,7
Créditos ao Gov. Locais	28,3	48,3	58,0
Crédito às I.F.N.M.	32,7	137,2	204,6
Crédito Emp. Púb. n/Fin.	1403,5	1455,6	1629,0
Crédito Sector Privado (1)	3165,1	3525,9	4229,1
Diversos (líquido)	-301,9	-352,7	678,1
Total Créd. Interno líq.	5046,9	5627,9	7111,5

(1) inclui empresas mistas Fonte: Banco de Cabo Verde

Da análise deste quadro se podem tirar três conclusões principais:

- 1º - uma grande diminuição do crédito ao governo central;
- 2º - uma certa contenção do crédito às empresas públicas;
- 3º - uma evolução significativa do crédito ao sector privado.

A estrutura da distribuição do crédito por sectores institucionais, em relação ao crédito interno total, é a seguinte:

**ESTRUTURA DO CRÉDITO
POR SECTORES INSTITUCIONAIS**

(% em 31/12)

	1987	1988	1989
Crédito ao Gov. Central	14,3	14,5	4,4
Créditos ao Gov. Locais	0,6	0,9	0,8
Crédito às I.F.N.M.	0,6	2,4	2,9
Crédito Emp. Púb. n/Fin.	27,8	25,9	22,9
Crédito Sector Privado (1)	62,7	62,6	59,5
Diversos (líquido)	-6,0	-6,3	9,5
Total Cré. Interno líq.	100	100	100

(1) inclui empresas mistas Fonte: Banco de Cabo Verde

A grande diminuição do peso do crédito ao governo central de 14,3% para 4,4%, de 1987 para 1989, significa fundamentalmente numa grande preocupação em conter o défice orçamental.

A grande discrepância entre o peso relativo do crédito concedido às empresas públicas não financeiras e o crédito concedido ao sector privado mostra claramente a inversão da política económica do Governo ao privilegiar este sector em detrimento do sector público, no quadro de uma política de liberalização da economia iniciada nos meados da década de 80. Na verdade, enquanto o crédito concedido às empresas públicas não financeiras representava somente cerca de 23% em 1989, e com uma tendência decrescente, o crédito concedido ao sector privado estabilizava à volta de 60 % nos últimos anos.

A dificuldade de uma boa parte das empresas, na sua grande maioria empresas públicas não financeiras, em assumirem os seus compromissos perante o Banco de Cabo Verde e a falência técnica de outras, nomeadamente, EMEC, PESCAVE, ONAVE, FAP, MAC, SOCAL, MORABEZA, gerou um montante significativo de crédito malparado, o que levou esta instituição de crédito a adoptar critérios mais rigorosos e a uma maior disciplina na concessão de crédito.

O Banco de Cabo Verde, actuando como banco comercial e banco de desenvolvimento, financiou todos os sectores de actividade económica, de acordo com o programa monetário e de crédito estabelecido, como se pode constatar através do seguinte quadro:

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO POR SECTORES DE ACTIVIDADE

(saldos em milhões de esc. cabo-verdianos em 31/12)

	1987		1988		1989	
	Val. Abs.	%	Val. Abs.	%	Val. Abs.	%
Agric. e Pescas	433,4	9,5	484,3	9,7	420,1	7,2
Comércio	954,5	20,9	899,2	18,1	1449,5	24,7
Electr. e Água	25,3	0,6	1,8	0,0	16,3	0,3
Const. e Habit.	918,7	20,1	1149,4	23,1	1338,4	22,8
Indústria	1208,8	26,5	1301,7	26,2	1415,8	24,1
Transportes	617,0	13,5	664,6	13,4	726,5	12,4
Turismo	228,1	5,0	307,3	6,2	328,8	5,6
Outros	182,5	4,0	159,6	3,2	168,0	2,9
Total concedido	4568,3	100	4967,9	100	5863,4	100

Fonte: Relatório do BCV de 1989

Por sectores de actividade, verifica-se que continuam a ser os maiores beneficiários do crédito a Indústria, o Comércio a Construção e Habitação, representando conjuntamente ao longo do período em análise cerca de 70% do financiamento total. O peso do sector dos Transportes já é significativo, representando ao longo do período um valor médio de 13% do total do financiamento. Os sectores de Electricidade e Água e Turismo são os menos representativos, mas trata-se de sectores que têm beneficiado de grandes investimentos externos, quer através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, quer através de empréstimos com aval do Estado de Cabo Verde.

Uma das questões importantes a analisar, respeito às condições de financiamento, mais concretamente, o nível das taxas de juro.

As taxas de juro permaneceram praticamente inalteradas e geralmente negativas em termos reais durante todo o decénio de 1974 a 1984. Só a partir de Janeiro de 1985 tiveram um aumento geral de 3,5 pontos de percentagem. Na mesma altura foram criadas contas especiais de depósito em moeda estrangeira e em moeda nacional para as remessas dos emigrantes.

As taxas de juros não foram modificadas desde Janeiro de 1985, excepto no que concerne às taxas que se aplicam às contas em moeda estrangeira mantidas por emigrantes, as quais foram ajustadas frequentemente com base nas taxas do mercado europeu, variando de 4,0% a 8,5% sobre depósitos a curto prazo e mantidas a 10% sobre depósitos a médio e longo prazos.

Quanto às taxas de empréstimos, aplicaram-se as mesmas taxas de juros a quase todas as actividades, excepto à agricultura, aos projectos industriais financiados pelo Banco Mundial e aos emigrantes. As taxas de empréstimo a curto prazo durante o período 1985-89 variaram entre 10% e 11%, ao passo que as taxas de empréstimo a médio e longo prazos para actividades não agrícolas variaram entre 11,5% e 12,5%.

Pode-se resumir a estrutura das taxas de juro através do seguinte quadro:

ESTRUTURA DAS TAXAS DE JURO
(Em percentagem: 1974-88)

	1974/84	1985/88
Taxas de empréstimos		
Taxa básica	10,0	-
Taxa a curto prazo		
Até 90 dias	6,5	10,0
De 91 a 180 dias	-	10,5
De 181 a 1 ano	-	11,0
Taxa a médio prazo		
Crédito agrícola		
Menos de 7 anos	7,0	-
Até 2 anos	-	7,0
De 2 a 5 anos	-	8,0
Crédito a outros sectores		
Crédito industrial	8,5	-
Crédito habitacional	9,0	-
De 1 a 5 anos	-	11,5
Taxa a longo prazo		
Crédito agrícola		
Mais de 7 anos	8,0	-
Mais de 5 anos	-	10,0
Outros sectores		
Crédito industrial	9,0	-
Crédito habitacional	9,0	-
Mais de 5 anos	-	12,5
Crédito a emigrantes	-	8,0
Taxas de depósitos		
Depósitos a prazo	6,5	-
Taxas a curto prazo		
Até 90 dias	-	4,0
De 91 a 180 dias	-	5,5
De 181 dias a 1 ano	-	8,5
Taxas a médio e longo prazos		
Mais de 1 ano	-	10,0
Contas de emigrantes		
Depósito a ordem	-	4,0
Depósito a prazo	-	-
Em moeda nacional	-	12,0
Em divisas	-	-
Em dólares americanos	-	8,7
Em francos franceses	-	7,5
Em marcos alemães	-	4,5
Em florins holandeses	-	5,0

Fonte: Informações do Banco de Cabo Verde

É importante sublinhar que a quase totalidade do crédito solicitado pelas empresas foi considerado de curto prazo, embora muitas vezes fossem transformados em créditos de médio e longo prazo, quer devido às dificuldades de pagamento, quer devido à sua inserção no quadro de um programa negociado de saneamento financeiro. Algumas empresas acabaram por não conseguir cumprir o programa de saneamento financeiro e a dívida foi considerada tecnicamente incobrável, nomeadamente o caso da EMEC, PESCAVE, e ainda ENACOL, cuja empresa acumulou uma dívida perante o Banco de Cabo Verde de cerca de um milhão e duzentos mil contos, e de cerca de um milhão e quatrocentos mil contos perante o Estado de Cabo Verde.

É de realçar que uma boa parte do financiamento de médio e longo prazo de que as empresas necessitaram para a realização do seu programa de investimento proveio de organizações internacionais, nomeadamente o Banco Mundial e o BAD. Normalmente são créditos obtidos em condições muito especiais e com o aval e responsabilidade do Estado de Cabo Verde perante as referidas organizações. Neste sentido as empresas ficam directamente responsáveis perante o Estado de Cabo Verde. Tendo em conta a insolvabilidade de muitas empresas que beneficiaram do crédito externo, o Estado de Cabo Verde vem assumindo quer directa quer indirectamente esta responsabilidade. Como exemplo pode-se referir os casos da ENACOL, da CABMAR e da PESCAVE.

Para além da obtenção de créditos externos em condições muito especiais para realização de grandes projectos de investimentos o Estado de Cabo Verde recebeu muita ajuda externa, no âmbito da cooperação bilateral ou multilateral, canalizada para as empresas. Essas ajudas são para Cabo Verde, mas constituem uma dívida das empresas para com o Estado. Apesar do pagamento dessa dívida ter normalmente obedecido uma programação de acordo com a capacidade de cada empresa e beneficiado de uma taxa de juro normalmente bastante baixa, constata-se que também neste caso as empresas não cumpriram, nomeadamente a EMPA, a ENACOL e a SONACOR.

O grande peso do capital alheio do Sector Empresarial do Estado, constituído na sua quase totalidade por empréstimos de curto prazo que se transformaram em médio e longo prazo, sendo uma percentagem significativa considerado crédito malparado e dívida incobrável, demonstra que de uma forma geral as empresas não tiveram dificuldades na obtenção do crédito, quer perante o Banco de Cabo Verde, em condições consideradas normais, quer no exterior, através do Estado de Cabo Verde, em condições consideradas muito especiais, quer ainda directamente do Orçamento Geral do Estado. Portanto, não se pode deixar de concluir que as dificuldades financeiras e/ou falência técnica de algumas empresas não se devem a falta de crédito e muito menos às condições da sua obtenção.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Propomos com este último capítulo fazer uma apresentação dos dados e materiais de análise do trabalho, nomeadamente quanto à sistematização de dados obtidos, ao trabalho de campo e aos problemas enfrentados, as conclusões parciais retiradas de cada capítulo e a conclusão geral do trabalho. Em termos de perspectivas daremos algumas pistas para orientações de política no que concerne à interacção entre o Sector Empresarial do Estado e a política monetária.

A grande dificuldade que tivemos neste trabalho foi a obtenção de dados minimamente suficientes que permitissem a sua realização.

No que concerne ao Sector Empresarial do Estado não houve grandes problemas na obtenção de alguns dados que nos permitem tirar algumas conclusões, embora sejam globais e por grandes rubricas.

Em relação aos dados sobre a política monetária a dificuldade foi grande visto que o Banco de Cabo Verde só publicou o seu primeiro relatório, em 1987, ou seja, após 12 anos da sua existência.

No que concerne aos dados macroeconómicos são os mais disponíveis, mas os mais desactualizados e os menos fiáveis, pois, devido à grande carência de meios técnicos e humanos muitos dados são publicados com muitos anos de atraso e muitas vezes não passam de estimativas feitas na base doutras estimativas. Felizmente estes últimos dados só foram necessários para se ter uma visão geral sobre a realidade económica cabo-verdiana.

Constatamos que há discrepâncias entre muitos dos dados macroeconómicos apresentados pelo Ministério da Coordenação Económica e o Banco Central, sendo de realçar grande diferença no que concerne a taxa de inflação, e, conseqüentemente, o crescimento real de algumas variáveis macroeconómicas, nomeadamente o Produto Interno Bruto.

A política de esconder informação, como fonte de poder para muita gente, nos países subdesenvolvidos, como é o caso de Cabo Verde, constitui também uma grande dificuldade na realização de um trabalho de investigação, principalmente quando o mesmo é realizado por um cidadão nacional, devido à sua condição de potencial concorrente.

É importante realçar que os poucos dados existentes não são divulgados. A realização deste trabalho não seria possível somente com os dados divulgados. A realização deste trabalho foi possível graças a amizade e solidariedade dos colegas, aos dados internacionais publicados pelo Fundo Monetário Internacional e fundamentalmente o trabalho de campo na base do inquérito que fizemos aos dirigentes das empresas.

O trabalho de campo que efectuámos na base do inquérito teve grande utilidade na elaboração desta pesquisa, pois, serviu para complementar os poucos dados disponíveis. Para além dos dados obtidos que permitiu uma análise quantitativa de todos os aspectos da vida empresarial, as entrevistas e os diálogos extra-inquérito possibilitaram uma análise qualitativa muito importante.

Fizemos pessoalmente os inquéritos e tivemos oportunidade de visitar quase todas as empresas, pelo que não tivemos grandes problemas na obtenção das respostas. Temos a vantagem de ter desempenhado as funções de gestor, de conhecer as empresas e os seus dirigentes.

A realização do inquérito implicou uma deslocação à Cabo Verde e visitas à 3 ilhas, isto é, muito investimento em tempo e dinheiro. Também o trabalho de tratamento do inquérito e apuramento dos dados, com vista a análise dos resultados, exigiu muito esforço e muito tempo. Na realidade, 44 questões para 35 empresas dão mais do que 1.500 respostas, o que exige um esforço de sistematização de dados bastante grande. A concepção do inquérito, as deslocações, as entrevistas, a sistematização dos dados e a análise, exigiu um investimento de cerca de três meses.

Os condicionalismos inerentes a realização deste trabalho fazem com que algumas conclusões não sejam demonstradas de uma forma tão objectiva como gostaríamos que fossem.

Se, por um lado, há vantagens em ter uma visão geral do Sector Empresarial do Estado, por outro, há grandes deficiências de análise, pois, a análise global não diferencia empresas de dimensões diversas e pertencentes a sectores muito diversificados. Limitar-nos-emos a uma análise global do Sector Empresarial do Estado, mas pensamos numa fase posterior limitar o universo de empresas a um conjunto mais representativo, ter em consideração a dimensão de cada uma, bem como o seu enquadramento sectorial.

Não obstante todos os condicionalismos, pensamos ter conseguido o objectivo fundamental da nossa investigação.

Propusemo-nos estudar o comportamento do Sector Empresarial do Estado face à política monetária restritiva do Banco de Cabo Verde, que utilizou o enquadramento do crédito como instrumento fundamental.

Começamos por abordar a problemática da tese e fizemos o seu enquadramento teórico tendo como base o modelo já referido de POLAK e ARGY adaptado aos países em desenvolvimento e utilizado pelo Banco de Cabo Verde para racionar a concessão de crédito.

O impacto da restrição de crédito no Sector Empresarial do Estado será abordado quando tirarmos as conclusões parciais do capítulo sobre a política monetária.

Após o enquadramento teórico da problemática da tese, demos uma ideia geral da caracterização de Cabo Verde e da sua economia.

No que concerne a esta caracterização o que é importante concluir é que Cabo Verde é um país que possui grandes desequilíbrios internos e externos, uma produção bastante baixa, uma taxa de desemprego elevadíssima e vive à custa das remessas dos emigrantes, da ajuda pública ao desenvolvimento e da solidariedade internacional.

Em seguida, fizemos uma análise de gestão das empresas com base num inquérito. Quais são as principais conclusões do inquérito?

Existem dois tipos de conclusões. Um de ordem geral e outro que tem a ver com o relacionamento com a banca.

A conclusão de ordem geral é a existência de uma estrutura financeira altamente desequilibrada com tendência a agravar-se tanto nas empresas públicas como nas mistas, cujas causas são múltiplas, entre as quais podemos realçar as seguintes:

- Início de actividade com um capital social muito baixo e sem fundo de maneio;
- Capital próprio muitíssimo baixo;
- Sobredimensionamento relativamente a sua actividade e volume de emprego;
- Grande dependência do exterior em relação a importação de matérias-primas e equipamentos;
- Elevados custos de produção e de transportes;
- Exiguidade do mercado interno e dificuldades de exportação;
- Intervenção do Estado na definição de uma política de preços;
- Tempo médio de recebimento de cliente muito elevado;
- Impacto financeiro negativo das flutuações cambiais;
- Baixa qualificação e experiência profissional dos trabalhadores;
- Inexistência de uma contabilidade analítica organizada.

Podemos desde já concluir que independentemente doutras causas estas são suficientes para explicar a má situação das empresas.

No que concerne ao relacionamento com a banca, se tivermos em conta estritamente os resultados do inquérito, a conclusão que chegámos é que, na óptica dos gestores, o Banco de Cabo Verde contribuiu para a asfixia das empresas.

A justificação dos gestores é que os empréstimos são difíceis de obter, o grau de cobertura dos mesmos são normalmente inferiores as suas necessidades, as taxas de juro são elevadas e o prazo de reembolso dos empréstimos são relativamente curtos.

Normalmente os gestores esquecem das múltiplas causas que estão na origem da difícil situação da sua empresa e imputam toda a responsabilidade ao Banco de Cabo Verde.

Uma análise complementar mais profunda e sobretudo mais isenta e objectiva levar-nos-ia a não concordar com a posição dos gestores. De facto, não são as condições de financiamento do banco que são más, é a má situação das empresas que não suporta as boas condições do banco.

Assim, no que concerne a taxa de juro real ela foi negativa durante 10 anos seguidos, sofrendo um pequeno ajustamento somente a partir de 1985. As empresas que reclamam que o financiamento concedido foi insuficiente para cobertura das suas necessidades são as mesmas que não assumem os seus compromissos. O reescalonamento do pagamento da dívida com base num estudo de saneamento financeiro foi o caso mais normal nas empresas com dificuldades financeiras. O Estado injectou algum dinheiro nas empresas quer a fundo perdido, quer como empréstimo em condições muito vantajosas. Tudo isto não impediu a crise financeira e a falência técnica de muitas empresas. Tudo isso não impediu que milhões de contos cedidos às empresas fossem considerados dívida incobrável.

O tempo veio a demonstrar que o banco apostou demasiadamente no financiamento de algumas empresas que à partida não apresentavam as mínimas condições para o reembolso da dívida.

Na sequência da análise geral das empresas, no capítulo seguinte aprofundamos especificamente a análise da sua estrutura financeira e a conclusão mais relevante é a reconfirmação da existência de uma estrutura financeira altamente desequilibrada.

A acumulação de défices, que representou 242.779 contos, em 1989, é a principal responsável dessa situação, pois, reduz o capital próprio e obriga as empresas a assumir mais compromissos junto do banco, o que faz aumentar ainda mais o capital alheio.

Podemos resumir a estrutura financeira do Sector Empresarial do Estado, através do seguinte quadro:

Sector Empresarial do Estado

Activo	21.906.712		
Capital Alheio		14.762.574	67%
Capital Próprio(1)		7.144.138	33%
Total	21.906.712	21.906.712	100%

Fonte: Elaborado pelo autor Unidade: contos Ano: 1989

Este quadro demonstra o desequilíbrio da estrutura financeira das empresas, pois, o que seria normal é que o capital alheio representasse cerca de 1/2 do activo e não 2/3, como é na realidade neste caso.

(1) O valor exacto seria 5.652.991 contos se não incluisse capital não realizado e outros "activos fictícios".

Outra conclusão que se pode tirar é que os encargos financeiros, não obstante o seu peso relativo, não são responsáveis pelo desequilíbrio financeiro das empresas.

Apesar do valor excessivo do capital alheio, os encargos financeiros atingiram o montante de 2.038.162 contos, em 1989, o que representa cerca de 15% dos custos totais do sector. Tendo em consideração a dependência das empresas face ao banco inclusive para financiamento do seu capital circulante, não achamos esse valor excessivo. O problema é a inexistência de rentabilidade das empresas. Sem rentabilidade, as empresas não estarão em condições de pagar nem o capital e muito menos os encargos financeiros, independentemente da taxa de juro em vigor.

A conclusão a que chegámos no respeitante ao último capítulo sobre o enquadramento do crédito face à política monetária é que até 1988 (1), as autoridades monetárias adoptaram uma política monetária restritiva, consubstanciado no controlo do crescimento da massa monetária, do crédito interno e da taxa de juro.

Na realidade, a taxa de crescimento da massa monetária foi sempre inferior a taxa de crescimento nominal do Produto Interno Bruto, como se pode verificar através do quadro seguinte:

	1987		1988	
	Val. Abs.	%	Val. Abs.	%
M2	8.465,6	7,7	9.633,3	13,8
PIB	17.974,1	15,6%	20.640,0	14,8

Fonte: Fundo Monetário Internacional- 1990 Unidade: milhões de contos

(1) O ano de 1989 foi o ano de alguma perturbação devido à abertura política, pelo que em muitos aspectos não deve ser considerado como um ano normal.

O resultado desta política foi uma certa moderação do crescimento do crédito interno. Por exemplo, no respeitante às empresas públicas, verificou-se um crescimento negativo do crédito de 1,4%, em 1987, relativamente ao ano anterior e um pequeno aumento de 0,6%, em 1988.

Apesar do controlo do crédito, a taxa de juro real foi negativa de 1974 a 1984. A mesma passou a ser positiva (cerca de 2%) com o ajustamento de 6,5% para 10%, que se fez nos princípios de 1985.

A conclusão geral deste trabalho é que não deve ser imputada à política monetária restritiva, a responsabilidade da crise financeira e falência técnica de muitas empresas, visto que, como se viu oportunamente a taxa de juro era muito baixa, sendo negativa durante uma dezena de anos, a quase totalidade do crédito que era de curto prazo, muitas das vezes foi transformado em crédito de longo prazo e ainda há uma grande acumulação de dívida que é considerada incobrável. Esta responsabilidade deve ser imputada ao desequilíbrio da estrutura financeira das empresas, como resultado da conjugação de uma série de causas que não fazem parte do objectivo central da nossa pesquisa, algumas das quais entretanto realçadas no decorrer deste trabalho.

Em termos de perspectivas e de pistas para orientações de política no que concerne à interacção entre o Sector Empresarial do Estado e a política monetária, sugerimos o seguinte:

1º Medidas com vista a garantir uma gestão eficiente das empresas;

2º A adopção de um programa de saneamento financeiro a todas as empresas que se encontram numa situação de crise financeira;

3º Máxima colaboração do Banco Comercial do Atlântico com as empresas que reúnem efectivamente as condições de pôr em prática o programa de saneamento financeiro;

4º Declaração de falência às empresas, cujo saneamento financeiro é muito difícil, desde que a sua existência não seja indispensável sob o ponto de vista social ou estratégico;

5º Privatização de todas as empresas, após o saneamento financeiro, com excepção das que desempenham um papel importante na sociedade cabo-verdiana, sob o ponto de vista social e/ou estratégico.

6º Orientação da política económica no sentido de evitar que a intervenção do Estado na economia passe de um extremo para outro, ou seja, deixar de ser o motor do desenvolvimento económico e passar a estar totalmente dependente da iniciativa privada no que concerne aos sectores sociais e/ou estratégicos.

Em termos de perspectivas sobre o futuro do país, sugerimos o seguinte:

- Uma reflexão desapassionada e profunda sobre a necessidade de integração urgente de Cabo Verde num espaço económico dinâmico, única via de garantir a sua viabilização como país independente.

A N E X O S

ANEXO I
QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO AO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Denominação Social: _____

1. Ramos de Actividades:
(SECTORES)

Agric. e Pecuária (AP)	Pesca Industrial (PI)	Indústria (I)
Elect. e Água (EA)	Construção (Ct)	Comércio (Cm)
Hotelaria (H)	Transportes (T)	Comunicações (C)

2. Ano de Constituição: _____
(ANO)

3. A empresa é:
(TIPOEMP)

Pública (PU)	Mista (M)
-----------------	--------------

4. A maioria do Capital Social é:
(CAPSOC)

Privado (PR)	Estado (E)
-----------------	---------------

5. Distribuição Geográfica:
(DISTGEOG)

Santiago (ST)	São Vicente (SV)	Sal (S)
------------------	---------------------	------------

6. Número de trabalhadores:
(NTRAB)

Menos de 100
(50)

100 a 200
(150)

Mais de 200
(200)

7. Máquinas/equipamentos são na maioria importados:
(MAQIMP)

Portugal
(P)

União Europeia
(UE)

Outros
(O)

8. Técnicos que reparam as máquinas são maioritariamente:
(TECMAQ)

Nacionais
(N)

Estrangeiros
(E)

9. Fornecedores de matérias primas:
(FORNEC)

Portugal
(P)

União Europeia
(UE)

Outros
(O)

10. Tempo de entrega das encomendas aos clientes:
(TEMPENT)

Imediato
(I)

Algum Atraso
(AA)

Muito Atraso
(MA)

11. É obrigada a parar a sua actividade:
(PARACT)

Nunca
(N)

Algumas Vezes
(AV)

Muitas Vezes
(MV)

12. Causa principal da paragem da actividade:
(CAUSAPAR)

Energia (E)	Água (A)	Matérias Primas (MP)
Máq. Avariadas (MA)	Faltas de clientes (FC)	Diversas (D)

13. Matérias Primas estragam-se:
(STOCKS)

Nunca (N)	Algumas Vezes (AV)	Muitas Vezes (MV)
--------------	-----------------------	----------------------

14. Produtos Acabados estragam-se:
(EXISTENC)

Nunca (N)	Algumas Vezes (AV)	Muitas Vezes (MV)
--------------	-----------------------	----------------------

15. Existe política de recrutamento:
(POLREC)

Sim (S)	Não (N)
------------	------------

16. Qualificação Profissional dos Trabalhadores:
(QUALPROF)

Boa (B)	Suficiente (S)	Insuficiente (I)
------------	-------------------	---------------------

17. Experiência Profissional dos Trabalhadores:
(EXPROF)

Elevada (E)	Média (M)	Reduzida (R)
----------------	--------------	-----------------

18. Trabalhadores beneficiam de cursos de Formação Profissional:
(CURFPRO)

Muitos (M)	Poucos (P)	Nenhuns (N)
---------------	---------------	----------------

19. Cursos de Formação Profissional tem beneficiado principalmente trabalhadores do departamento:
(DEPFORM)

Administ/Financ. (A/F)	Comercial (C)	Produtivo (P)
---------------------------	------------------	------------------

20. Quadros Técnicos tiveram formação profissional média e superior:
(FORQUATEC)

No país: (P)	No Estrangeiro (E)
-----------------	-----------------------

21. Quadros Técnicos com formação profissional no estrangeiro:
(QTFPE)

Portugal (P)	União Europeia (UE)	P. Socialistas (PS)
Outros (O)		

22. Mercado da empresa é maioritariamente:
(MERCADO)

Interno (I)	Externo (E)
----------------	----------------

23. Exportações dirigem-se maioritariamente:
(EXPORT)

Portugal (P)	União Europeia (UE)	Outros (O)
-----------------	------------------------	---------------

24. Vendas são sazonais:
(VENDASAZ)

Sim (S)	Não (N)
------------	------------

25. Preços de venda são fixados pelo governo:
(PVFIX)

Sim (S)	Não (N)
------------	------------

26. Preços de venda quando fixados pelo governo:
(PVFIXG)

São Suficientes (S)	São Insuficientes (I)
------------------------	--------------------------

27. Custos de produção são contabilizados:
(CUSPROD)

Sim (S)	Não (N)
------------	------------

28. Tempo médio de pagamento aos Fornecedores:
(TMPF)

É insignificante (I)	É aceitável (A)	É elevado (E)
-------------------------	--------------------	------------------

29. Tempo médio de recebimentos de clientes:
(TMRC)

É aceitável (A)	É elevado (E)
--------------------	------------------

30. Financeiramente a empresa depende da banca:
(DEPBANCA)

Muito (M)	Pouco (P)	Nenhuma (N)
--------------	--------------	----------------

31. Obtenção de empréstimo bancário:
(EMPREST)

É difícil (D)	É fácil (F)	É aceitável (A)
------------------	----------------	--------------------

32. Em termos de cobertura das necessidades, empréstimos obtidos:
(COBNECEMP)

São Suficientes (S)	São Insuficientes (I)
------------------------	--------------------------

33. A taxa de juro do empréstimo, para a empresa:
(TAXJUR)

É elevada (E)	É aceitável (A)	É baixa (B)
------------------	--------------------	----------------

34. O prazo de reembolso do empréstimo, para a empresa:
(PRAZREMP)

É curto (C)	É aceitável (A)
----------------	--------------------

35. As condições de crédito deveriam ser mais acessíveis:
(CONDCRED)

Sim (S)	Não (S)
------------	------------

36. Governo dá facilidades de crédito para investimentos:
(CREDINV)

Muitas (M)	Poucas (P)	Nenhumas (N)
---------------	---------------	-----------------

37. As flutuações cambiais afectam a situação financeira:
(FLUCAMB)

Muito (M)	Pouco (P)	Nada (N)
--------------	--------------	-------------

38. Peso relativo dos empréstimos de Médio/Longo Prazo no passivo:
(EMPML)

Muito (M)	Pouco (P)	Nada (N)
--------------	--------------	-------------

39. Das seguintes rubricas do Balanço, a que apresenta mais valor:
(MAIORVAL)

Imobilizado (I)	Cap. Permanentes (CP)
--------------------	--------------------------

40. O capital próprio da empresa é:
(CAPROP)

Elevado (E)	Baixo (B)	Aceitável (A)
----------------	--------------	------------------

41. Os sócios desejam aumentar o capital social:
(AUMCAP)

Sim (S)	Não (N)
------------	------------

42. A distribuição dos lucros aos sócios é:
(DISTLUC)

Menos de 30%	De 30% a 60%	Mais de 60%	q
(30)	(45)	(60%)	

43. A contabilidade geral está organizada:
(CONTAB)

Sim	Não
(S)	(N)

44. Análise económica-financeira é feita regularmente:
(ANALEF)

Sim	Não
(S)	(N)

ANEXO II

RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO
(Conjuntos e/ou subconjuntos das questões)

C. I Caracterização do Sector Empresarial do Estado

RECORD#	SETCORES	ANO	TIPOEMP	CAPSOC	DISTGEOG	NTRAB
1	CM	1975	PU	E	ST	1000
2	CM	1979	PU	E	SV	212
3	T	1983	PU	E	S	319
4	C	1981	PU	E	ST	663
5	T	1981	PU	E	ST	584
6	T	1982	PU	E	SV	506
7	T	1978	PU	E	ST	152
8	T	1980	PU	E	SV	112
9	EA	1982	PU	E	SV	329
10	CM	1979	PU	E	ST	114
11	I	1981	PU	E	ST	76
12	I	1980	PU	E	SV	3
13	CT	1978	PU	E	ST	150
14	I	1978	PU	E	SV	75
15	AP	1979	PU	E	ST	123
16	I	1978	PU	E	ST	70
17	AP	1986	PU	E	ST	181
18	PI	1987	PU	E	SV	120
19	PI	1987	PU	E	SV	68
20	CT	1975	PU	E	ST	200
21	T	1981	PU	E	SV	53
22	T	1979	PU	E	ST	238
23	I	1980	M	E	SV	216
24	I	1985	M	PR	ST	108
25	I	1987	M	P=PR	SV	20
26	I	1982	M	PR	SV	33
27	H	1978	M	E	ST	110
28	I	1978	M	E	ST	6
29	I	1985	M	E	SV	15
30	I	1978	M	E	SV	41
31	I	1978	M	E	SV	104
32	I	1983	M	PR	ST	24
33	I	1978	M	E	SV	80
34	I	1987	M	PR	SV	18
35	I	1986	M	P=PR	SV	65

C.II.1. DEPENDÊNCIA EXTERNA

RECORD#	MAQIMP	TECMAQ	FORNEC
1	-	-	-
2	-	-	-
3	-	-	-
4	UE/O	N	-
5	UE/O	N	-
6	-	-	-
7	UE/O	N	-
8	-	-	-
9	UE	N	-
10	UE	N	-
11	UE	N	-
12	-	-	-
13	UE	N	-
14	UE	N	-
15	UE	N	-
16	P	N	P
17	-	-	-
18	UE	N	-
19	UE	N	-
20	UE	N	-
21	UE	N	-
22	UE	N	-
23	UE	N	UE
24	UE	N	UE
25	UE	N	-
26	UE	N	UE
27	-	-	-
28	P	N	P
29	UE	N	P/UE
30	UE	N	UE
31	UE	N	P
32	UE	N	UE
33	P	N	P
34	UE/O	N	P
35	P	N	P

Obsevação: as questões não respondidas significam simplesmente que não fazem muito sentido para a empresa, pois, muitas delas estão mais relacionadas com actividades industriais.

C.II.2. EFICIÊNCIA DO SISTEMA PRODUTIVO

RECORD#	TEMPENT	PARACT	CAUSAPAR	STOCKS	EXISTENC
1	-	-	-	-	-
2	-	-	-	-	-
3	-	-	-	-	-
4	-	-	-	-	-
5	-	-	-	-	-
6	-	-	-	-	-
7	-	-	-	-	-
8	-	-	-	-	-
9	-	-	-	-	-
10	I	N	-	AV	AV
11	AA	N	-	-	-
12	-	-	-	-	-
13	AA	N	-	-	-
14	I	N	-	N	-
15	AA	N	-	N	-
16	AA	N	-	AV	N
17	AA	N	-	N	-
18	I	MV	D	N	-
19	-	-	-	-	-
20	AA	-	-	-	-
21	-	-	-	-	-
22	-	-	-	-	-
23	I	AV	FC	N	-
24	I	N	-	N	N
25	-	-	-	-	-
26	I	MV	FC	N	AV
27	-	-	-	-	-
28	I	N	-	N	N
29	AA	MV	FC	N	N
30	I	N	-	N	N
31	I	N	-	N	N
32	I	N	-	N	N
33	AA	AV	FC	N	N
34					
35	I	N	-	N	N

Obsevação: as questões não respondidas significam simplesmente que não fazem muito sentido para a empresa, pois, muitas delas estão mais relacionadas com actividades industriais.

C.III.1 RECRUTAMENTO E CAPACIDADE PROFISSIONAL

RECORD#	POLREC	QUALPROF	EXPROF
1	S	S	M
2	S	S	M
3	S	S	M
4	S	I	M
5	S	S	M
6	S	S	M
7	S	S	M
8	S	S	M
9	S	S	M
10	S	B	E
11	S	S	M
12	-	-	-
13	S	S	M
14	N	S	E
15	N	S	M
16	N	I	R
17	N	I	R
18	S	I	R
19	N	I	R
20	N	I	R
21	N	S	M
22	S	I	R
23	S	B	M
24	S	S	R
25	N	B	E
26	N	S	M
27	S	S	M
28	S	S	M
29	S	B	E
30	N	S	E
31	S	S	M
32	S	B	M
33	N	I	R
34	S	S	M
35	S	B	E

C.III.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

RECORD#	CURFPRO	DEPFORM	FORQUATEC	QITPPE
1	M	A/F	E	P/UE/PS/O
2	M	A/F	E	P/PS
3	M	P	E	P
4	P	P	E	P/O
5	M	A/F	P/E	P/O
6	P	A/F	E	P/PS
7	M	P	P/E	P
8	N	-	E	P/UE
9	M	A/F	E	P/PS
10	M	P	E	P/PS/O
11	P	P	P/E	O
12	-	-	-	-
13	N	-	E	P
14	M	A/F, C	-	-
15	N	-	-	-
16	P	P	E	P
17	N	-	-	-
18	P	A/F, P	E	P
19	N	-	E	P/O
20	N	-	E	P/PS
21	N	-	E	P
22	N	-	E	P/PS/O
23	M	P	E	P/UE/PS/O
24	M	P	E	P/UE/PS/O
25	P	P	P/E	O
26	P	A/F	E	P
27	P	P	E	UE
28	P	P	-	-
29	M	P	E	P
30	P	P	P/E	P/UE/O
31	M	P	E	P/UE
32	M	A/F,C,P	E	P/O
33	P	P	-	-
34	P	P	-	-
35	M	P	-	-

C.IV.1 TIPOS DE MERCADO

RECORD#	MERCADO	EXPORT	VENDASAZ
1	I	-	N
2	E	O	N
3	E	O	N
4	I	-	N
5	I	UE/O	N
6	I	-	N
7	I	-	N
8	I	P/UE/O	N
9	I	-	N
10	I	O	N
11	I	-	N
12	-	-	-
13	I	-	N
14	I	-	S
15	I	-	N
16	I	-	N
17	I	-	N
18	I	O	S
19	E	O	S
20	I	-	N
21	I	P/O	N
22	I	-	N
23	E	O	S
24	I	-	N
25	I	-	N
26	I	-	N
27	E	P/UE/O	N
28	I	-	N
29	I	-	N
30	I	-	N
31	I	O	N
32	I	-	N
33	I	-	N
34	I	-	N
35	I	-	N

C.IV.2 POLÍTICA DE PREÇOS

RECORD#	PVFIX	PVFIXG	CUSPROD
1	S/N	S	S
2	S/N	S	S
3	S/N	S	S
4	S	S	N
5	S	S	S
6	S	S	N
7	S/N	I	S
8	S/N	S	N
9	S	S	S
10	S/N	S	S
11	N	-	S
12	-	-	-
13	N	-	N
14	N	-	N
15	N	-	N
16	S	I	S
17	N	-	S
18	S	I	S
19	N	-	N
20	N	-	N
21	S/N	S	N
22	N	-	N
23	N	-	S
24	S	S	N
25	N	-	S
26	S	I	N
27	N	-	N
28	N	-	S
29	N	-	S
30	S	S	S
31	N	-	S
32	S/N	S	S
33	N	-	N
34	N	-	S
35	N	-	S

C.V.1 GESTÃO FINANCEIRA CORRENTE

RECORD#	TMPF	TMRC	DEPBANCA	FLUCAMB
1	A	A	M	M
2	I	A	M	M
3	I	E	N	M
4	I	A	N	M
5	E	A	N	M
6	A	E	N	P
7	E	A	M	P
8	I	E	N	P
9	E	E	M	P
10	I	A	N	P
11	A	A	N	P
12	-	-	-	-
13	E	E	N	N
14	E	E	N (1)	P
15	A	A	N	M
16	A	A	N (1)	M
17	A	A	N (1)	P
18	A	A	M	P
19	A	A	P	M
20	E	E	P	P
21	E	A	M	M
22	A	A	N (1)	P
23	E	E	M	M
24	A	A	P	M
25	E	A	P	P
26	E	A	M	N
27	E	E	M	N
28	I	E	M	P
29	E	A	M	P
30	A	A	P	M
31	A	A	P	M
32	A	A	P	M
33	A	A	M	M
34	A	A	N	P
35	A	A	N	M

(1) não tem obtido crédito porque não dá garantias ao BCV

C.V.2 CONDIÇÕES DE ACESSO AO CRÉDITO

RECORD#	EMPREST	COBNECEMP	TAXJUR	PAZREMP	CONDCRED	CREDINV
1	A	I	E	A	S	M
2	A	S	E	C	S	M
3	A	S	E	A	S	M
4 (a)	-	-	-	-	-	M
5 (a)	-	-	-	-	-	M
6 (a)	-	-	-	-	-	M
7	D	I	E	C	S	P
8 (b)	-	-	-	-	-	-
9	A	S	E	C	S	M
10 (b)	F	S	A	A	N	P
11 (b)	-	-	-	-	-	M
12	D	S	E	C	S	M
13	-	-	-	-	-	N
14	F	S	E	A	S	M
15	F	S	E	A	S	M
16	D	I	E	C	S	N
17	-	-	-	-	-	M
18	D	I	E	C	S	M
19	A	S	E	A	S	M
20	D	I	E	C	S	P
21	D	I	E	C	S	P
22	-	-	-	-	-	M
23	F	S	E	C	S	M
24	A	S	A	A	N	M
25	-	-	-	-	-	N
26	D	I	E	C	S	P
27	A	I	E	C	S	N
28	A	I	E	C	S	N
29 (c)	-	-	-	-	-	P
30	F	S	E	A	S	N
31	A	I	E	C	S	M
32	F	S	E	A	S	M
33	D	I	E	C	S	M
34 (b)	-	-	-	-	-	N
35 (b)	-	-	-	-	-	-

(a) recorre somente a banca internacional através do aval do Estado

(b) não precisa de crédito do BCV

(C) obteve empréstimo do BCV somente na fase de arranque da empresa

C.V.3 ESTRUTURA FINANCEIRA

RECORD#	EMPML	MAIORVAL	CAPROP	AUMCAP	DISTLUC
1	P	CP	A	-	-
2	M	I	B	-	-
3	M	CP	A	-	-
4	M	CP	A	-	-
5	P	CP	B	-	-
6	M	CP	A	-	-
7	P	I	A	-	-
8	N	CP	A	-	-
9	M	CP	A	-	-
10	N	CP	A	-	-
11	N	CP	A	-	-
12	M	I	B	-	-
13	N	CP	B	-	-
14	M	I	B	-	-
15	P	CP	A	-	-
16	N	I	B	-	-
17	M	CP	A	-	-
18	M	I	B	-	-
19	N	CP	B	-	-
20	M	I	B	-	-
21	P	I	B	-	-
22	M	CP	A	-	-
23	M	CP	B	N	(1)
24	M	I	B	N	(1)
25	N	I	A	N	(2)
26	M	I	B	N	(1)
27	M	CP	B	N	(1)
28	M	CP	A	N	(1)
29	P	I	B	N	(1)
30	N	CP	A	N	30-60
31	P	CP	A	N	(1)
32	N	CP	E	S	30
33	N	CP	B	N	(1)
34	M	CP	A	N	(1)
35	P	CP	E	N	30-60

(1) resultados negativos

(2) lucros muito reduzidos

C. V. 4. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

RECORD#	CONTAB	ANALEF
1	S	S
2	S	S
3	S	S
4	S	S
5	S	S
6	S	S
7	S	S
8	S	S
9	S	S
10	S	S
11	S	S
12	S	N
13	S	N
14	S	S
15	S	S
16	S	S
17	S	S
18	S	S
19	S	N
20	S	N
21	S	N
22	S	S
23	S	S
24	S	S
25	S	S
26	S	N
27	S	N
28	S	N
29	S	S
30	S	S
31	S	S
32	S	S
33	S	N
34	S	S
35	S	S

ANEXO III
CÁLCULO DE RÁCIOS E DADOS DAS EMPRESAS

	LIMITEZAS FUNDADAS			LIMITEZAS MÍDIA			D.E.E.		
	87	88	89	87	88	89	87	88	89
RACIOS ECONOMICOS									
1. Rent. Cap. Proprio	0.7%	(3)%	(1.3)%	-	-	-	2.5%	(2.9)%	0.3%
2. Rent. invest. total	2.4%	1.3%	2%	16.7%	2.6%	5.6%	2.9%	1.5%	2.5%
3. Rent. Vendas	0.5%	(2.1)%	(0.7)%	9.7%	1.3%	5.5%	1.5%	(1.7)%	0.1%
RACIOS FINANCEIROS									
4. Liquidez Geral	1.3	1.2	1	1.5	1.2	1.2	1.3	1.2	1.1
5. Liquidez Reduzida	1	0.9	0.8	1	0.8	0.7	1	0.9	0.8
6. Autonomia Financeira (C/P)	0.2	0.2	0	0.3	0.2	0.2	0.2	0.2	0.1
7. Autonomia Financeira (ML/P)	1.2	1.2	1.1	-	-	-	1	0.9	0.9
8. Cobertura do Imobilizado	0.6	0.6	0.4	-	-	-	0.6	0.5	0.4
9. Cobertura Imob. e Exist.	1	0.9	0.7	1	0.9	0.9	1	0.9	0.8
10. Cobertura do Act. P/Cap.Prop.	0.36	0.35	0.31	-	-	-	0.32	0.30	0.26

	EMPRESAS PÚBLICAS			EMPRESAS		MISTAS		S.E.E.	
	87	88	89	87	88	89	87	88	89
11. Prazo Médio Recebimento (em meses)	3.1	3.2	2.5	2.5	3.5	2.9	3	3.2	2.6
12. Prazo Médio de Pagamentos (em meses)	4.2	4.4	4.2	5.9	6.7	7.4	4.3	4.6	4.5
13. Duração M.Ext. Mercadorias (em meses)	3.7	3.6	3.3	6.5	8.5	8.3	3.9	4.0	3.7
14. Rotação do Invest. Total	0.5	0.5	0.6	0.6	0.4	0.5	0.5	0.5	0.6
RACIO DE PRODUTIVIDADE									
15. Em Termos de VAB (Contos/ Pes.)	518.4	582.8	687.7	661	707.5	662.0	533.1	597.6	683.4
RACIO DE REMUNERAÇÕES									
16. Remuneração média Anual (contos / pessoa)	250.6	297.0	345.9	332.2	335.4	280.2	259.0	307.8	334.8
17. Repartição do VAB (%)	48.3 %	51.0 %	50.3 %	50.3 %	47.4 %	42.3 %	48.6 %	51.5 %	49.0 %

	EMPRESAS PUBLICAS			EMPRESAS MISTAS			S.E.E.		
	1987	1988	1989	1987	1988	1989	1987	1988	1989
	Resultados Antes Impostos	44.155	(210.990)	(80.506)	110.141	16.548	96.557	154.296	(194.442)
Capital Próprio (sit. liq.-cep.não realiz.-outros act. fiet.)	6.401.430	6.788.282	5.804.680	(231.452)	(92.138)	(151.689)	6.169.978	6.696.144	5.652.991
Encargos Financeiros	382.167	463.288	455.482	33.315	60.102	84.145	415.482	523.390	539.627
Activo total Líquido	17.541.518	19.219.191	18.704.958	1.978.470	2.994.180	3.201.754	19.519.988	22.213.371	21.906.712
Vendas	9.259.325	9.864.156	11.324.831	1.132.979	1.253.473	1.760.756	10.352.304	11.117.629	13.085.587
Capital Circulante	6.849.136	7.027905	7.143.470	765.926	1.017.526	1.090.811	9.615.062	8.045.431	8.234.281
Exigível a Curto Prazo	5.231.320	5.929.529	6.807.975	508.128	830.901	922.698	5.739.448	6.760.430	7.730.673
Existências Vendidas e Consumidas	5.315.352	6.053939	7.027.620	486.504	538.606	581.797	6.001.856	6.592.545	7.609.417
Fundo de Maneio	1.597.819	1.098376	335.495	257.798	186.625	168.113	1.855.617	1.285.001	533.608
Exigível a Médio e Longo Prazo	5.204.848	5.876103	5.424.485	1.043.959	1.542.006	1.607.416	6.248.807	7.418.109	7.031.901
Passivo Total	10.456.167	11.807.632	12.232.460	1.552.087	2.372.907	2.530.114	12.008.254	14.173.539	14.762.574
Capital Permanente	11.606.277	12.666.385	11.229065	812.507	1.449.868	1.455.727	12.418.784	14.116.253	12.684.792
Imobilizado (Líquido)	10.008.381	11.567.809	13.099.927	554.509	1.263.243	1.287.614	10.562.890	12.831.052	14.387.541
Clientes	2.368.732	2.614.161	2.375.912	239.102	365.234	422.927	2.607.834	2.979.395	2.798.839
Fornecedores	1.718.787	1.746.013	2.051.489	243.848	313.245	362.831	1.962.635	2.059.258	2.414.320
Compras	4.953.093	4.806.185	5.869.727	498.177	560.756	584.488	5.451.270	5.366.941	6.454.215
Existências	1.687.564	1.797.646	1.955.640	263.264	381.729	403.609	1.950.828	2.179.375	2.359.249
VAB	3.165.605	3.179.511	3.484.660	463.392	520.691	675.185	3.628.997	3.700.102	4.159.845
Volume Emprego	6.106	5.456	5.067	701	736	1.020	6.807	6.192	6.087
Despesas com Pessoal	1.530.198	1.620.199	1.752.378	232.872	246.852	285.784	1.763.070	1.905.983	2.038.162

ANEXO IV
LISTA DAS EMPRESAS PÚBLICAS

1. **EMPA** - Empresa Pública de Abastecimento, E.P.
2. **ENACOL** - Empresa Nacional de Combustíveis, E.P.
3. **ASA** - Empresa de Segurança Aeroportuária, E.P.
4. **CTT** - Empresas dos Correios e Telecomunicações, E.P.
5. **TACV** - Empresa dos Transportes Aéreos de Cabo Verde, E.P.
6. **ENAPOR** - Empresa Nacional de Administração de Portos, E.P.
7. **ARCA VERDE** - Companhia Nac. de Navegação, Arca Verde, E.P.
8. **ANV** - Agência Nacional de Viagens, E.P.
9. **ELECTRA** - Empresa Pública de Água e Electricidade, E.P.
10. **EMPROFAC** - Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, E.P.
11. **SONACOR** - Emp. Nac. de Conserv. e reparação de equip., E.P.
12. **CABMAR** - Empresa Pública de Estaleiros Navais, E.P.
13. **MAC** - Empresa Pública de Materiais de Construção, E.P.
14. **ONAVE** - Oficiais Navais de São Vicente, E.P.
15. **ENAVI** - Empresa Nacional de Avicultura, E.P.
16. **FAP** - Empresa de Fomento Agro-Pecuário, E.P.
17. **JUSTINO LOPES** - Empresa Agro-Industrial, Justino Lopes, E.P.
18. **PESCAVE** - Empresa Cabo-Verdiana de Pesca, E.P.
19. **INTERBASE** - Empresa de Comercialização de Produtos do Mar, E.P.
20. **EMEC** - Empresa Estatal de Construção, E.P.
21. **CGTM** - Comissão de Gestão dos Transp. Marítimos de C. V. (1)
22. **TRANSCOR** - Emp. de Transp. Rodoviários de Passageiros (1)

(1) Organismos de Capitais Públicos equiparáveis a empresas públicas

ANEXO V
LISTA DAS EMPRESAS MISTAS

1. CABNAVE - Estaleiros Navais de Cabo Verde,
S.A.R.L.
2. CERIS - Soc. Cabo-Verdiana de Cervejas e
Refrigerantes, S.A.R.L.
3. CONCHAVE - Soc. Com. de Navegação, Concha Verde,
Lda.
4. FAMA - Fábrica de Massas de Cabo Verde, SARL
5. HOTELMAR - Sociedade Hoteleira de Cabo Verde,
S.A.R.L
6. MAC SOBIL de Cabo Verde, Lda.
7. METALCAVE - Metalomecânica Ligeira de Cabo Verde,
Lda.
8. MOAVE - Moagem de Cabo Verde, S.A.R.L.
9. MORABEZA - Confeções MORABEZA, S.A.R.L.
10. SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.
11. SOCAL - Sociedade de Calçados, S.A.R.L.
12. SODIGÁS - Sociedade Industrial de Gases,
S.A.R.L.
13. CITAC - Companhia de Tabacos de Cabo Verde,
S.A.R.L.

ANEXO VI

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP - África Caraíbas e Pacífico

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

BC - Banco Central

BCA - Banco Comercial do Atlântico

CEA - Comunidade Económica dos Estados Africanos

CECV - Caixa Económica de Cabo Verde

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África
Ocidental

CCR - Caixa de Crédito Rural, S.A.R.L.

CILSS - Comité Inter-Estados para a luta contra a
Seca no Sahel

CIT - Crédito Interno Total

DGP - Direcção Geral de Planeamento

DLX - Disponibilidade Líquidas sobre o Exterior

DIV - Diversos

I.F.N.M. - Instituições Financeiras Não Monetárias

IPC - Índice de Preço no Consumidor

ISCV - Instituto de Seguros de Cabo Verde

ISPS - Instituto de Seguros e Previdência Social

M2 - Massa Monetária

PIB - Produto Interno Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

SEE - Sector Empresarial do Estado

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco de Cabo Verde


- Relatório e Contas, Banco de Cabo Verde, República de Cabo Verde, Praia, 1987.

- Relatório e Contas, Banco de Cabo Verde, República de Cabo Verde, Praia, 1988.

- Relatório e Contas, Banco de Cabo Verde, República de Cabo Verde, Praia, 1989.

- Relatório e Contas, Banco de Cabo Verde, República de Cabo Verde, Praia, 1990.

- Relatório e Contas, Banco de Cabo Verde, República de Cabo Verde, Praia, 1991.

- Relatório e Contas, Banco de Cabo Verde, República de Cabo Verde, Praia, 1992. 

Banco Comercial do Atlântico

- "ECONÓMICA", Revista de Economia e Negócios, Nº 1, Banco Comercial do Atlântico, República de Cabo Verde, Praia, Novembro, 1993.

Barata, José Martins

- Moeda e Mercados Financeiros, Ed. José Martins Barata, 1ª edição, Portugal, Lisboa, 1993.

- Analyse de la Rentabilité Bancaire au Portugal, Edição José Martins Barata, Associação de Estudantes do ISE, Portugal, Lisboa, 1981.

Barbier, André e Proutat Jacques

- **Traité pratique de l'analyse financière à l'usage des banquiers**, Ed. Revue Banquier, France, Paris, 1987.

Brealey, Ricard A. Myeres, Stewart C.

- **Princípios de Finanças Empresariais**, 3ª edição, 1993.

Conso, Pierre

- **A Gestão Financeira das Empresas**, Ed. Rés, 1ª edição, Portugal, Porto, Novembro, 1983.

Direcção-Geral de Estatística - Cabo Verde

- **Censos de 90**, 2º Recenseamento Geral da População e Habitação, República de Cabo Verde, Praia, Novembro de 1992.

Direcção Geral de Planeamento

- **Atelier sobre a Problemática de Desenvolvimento do Comércio Externo Cabo-Verdiano no Contexto da Extroversão da Nossa Economia**, Projecto de Apoio ao Desenvolvimento da Exportação, UNCTAD/CNUCED, República de Cabo Verde, Praia, 1991.

- **Integração das variáveis demográficas na planificação**, (documentos do primeiro seminário nacional), República de Cabo Verde, Praia, 1990.

- **População e Desenvolvimento**, Segundo Seminário Nacional, (1989), República de Cabo Verde, Praia, 1990.

Gabinete do Primeiro Ministro

- Programa do Governo (1976/1980), República de Cabo Verde, Praia, 1976.

- Programa do Governo (1981/1985), República de Cabo Verde, Praia, 1980.

- Programa do Governo (1981/1985), República de Cabo Verde, Praia, 1980.

- Programa de Governo (1986/1990), República de Cabo Verde, Praia, 1985.

- Programa do Iº Governo Constitucional da IIª República, República de Cabo Verde, Praia, 1990.

- Relatório de Execução do Programa do Governo (1981/1985), - Parte II -, República de Cabo Verde, Praia, Novembro de 1985.

- Relatório do Governo do Ano de 1987 - Parte I - República de Cabo Verde, Praia, Junho de 1988.

- Situação do Sector Empresarial do Estado (não financeiro):1984/1986, República de Cabo Verde, Praia, Agosto de 1988.

Guilhot, Bernard-Henry

- Analyse Bancaire de la P.M.E., Ed. La Revue Banque, France, Paris, 1985.

Marques, Walter

- Política Monetária, Publicações Europa América, Editor Francisco Lyon de Castro, 1ª edição, Portugal, Mem Martins, 1986.

Menezes, H. Caldeira

- **Princípios de Gestão Financeira**, Editorial Presença, 3ª edição, Portugal, Lisboa, 1991.

Ministério da Economia e dos Transportes e Comunicações

- **Dia da Industrialização em África**, Gabinete de Estudos e Planeamento - Indústria e Energia, República de Cabo Verde, Praia, Novembro de 1991.

Ministério das Finanças (Portugal)

- **Empresas Públicas Não Financeiras**, Relatório da IGF, Portugal, Lisboa, Dezembro, 1988.

Ministério das Finanças e do Plano

- **Caracterização do Sector Empresarial do Estado Não Financeiro**, Gabinete de Apoio às Empresas, República de Cabo Verde, Praia, Janeiro de 1991.

- **Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1985**, República de Cabo Verde, Praia, 1984.

- **Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1986**, República de Cabo Verde, Praia, 1985.

- **Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1987**, República de Cabo Verde, Praia, 1986.

- **Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1988**, República de Cabo Verde, Praia, 1987.

- **Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1989**, República de Cabo Verde, Praia, 1988.

- Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1990, República de Cabo Verde, Praia, 1989.

- IIIº Plano Nacional de Desenvolvimento, 1992-1995, Vol. I, Relatório Geral, República de Cabo Verde, Praia, 1991.

- IIIº Plano Nacional de Desenvolvimento, 1992-1995, Vol. II, Relatórios Sectoriais, República de Cabo Verde, Praia, 1991.

- IIIº Plano Nacional de Desenvolvimento, 1992-1995, Vol. III, República de Cabo Verde, Praia, Relatórios Regionais, 1991.

- Sector Empresarial do Estado - Não Bancário - Caracterização Sintética, Gabinete de Apoio à Reestruturação do Sector Empresarial do Estado, República de Cabo Verde, Praia, Novembro de 1992.

Ministério do Plano e da Cooperação

X - Boletim Anual de Estatística, (1989), Direcção Geral de Estatística, República de Cabo Verde, Praia, 1989.

- Contribuição para a Perspectivação da Estratégia de Desenvolvimento de Cabo Verde, Estudos de Longo Prazo, Direcção Geral de Planeamento, República de Cabo Verde, Praia, 1989.

- Elementos para a Apreciação da Evolução Sócio-Económica em Cabo Verde (1980/1987), Direcção Geral de Planeamento, República de Cabo Verde, Praia, Março de 1989.

- IIº Plano Nacional de Desenvolvimento (1986/90), Direcção Geral do Planeamento, Volume I, Relatório Geral, República de Cabo Verde, Praia, 1986.

- IIº Plano Nacional de Desenvolvimento (1986/90), Direcção Geral do Planeamento, Volume II, Relatórios Sectoriais, República de Cabo Verde, Praia, 1986.

- Relatório do Governo sobre a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento, Direcção Geral do Planeamento, República de Cabo Verde, Dezembro de 1989.

Pollin, Jean-Paul

- Le comportement D'entreprise en Période D'encadrement du Crédit, une appréciation empirique sur l'expérience Française de 1969-1970, Thèse Complémentaire pour le doctorat en sciences économiques, France, Paris, 1975.

Pinto, Edgar

- Diagnóstico da Situação do Sector de Serviços e Perspectivas, República de Cabo Verde, Praia, Setembro de 1991.

Pinto, Valentim

- "SISTEMAS FINANCEIROS CABO-VERDIANOS", Apontamentos

Prissert, Pierre

- Economie Monetaire et Bancaire, Ed. La Revue Banque, 2ème édition, France, Paris, 1986.

Santos, Arlindo

-Análise Financeira, Conceitos, Técnicas e Aplicações, INIEF, Economia e Gestão, Lda., 1ª edição, Portugal, Lisboa, 1981.

Secretaria de Estado de Cooperação e Planeamento

- **Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento** (1982/85), Vol. I, Relatório Geral, República de Cabo Verde, Praia, 1982.

- **Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento** (1982/85), Vol. II, República de Cabo Verde, Praia, Relatórios Sectoriais, 1982.

São Marcos, Jorge Manuel da Rocha

- **Gestão das Unidades Industriais em Cabo Verde**, Tese de Mestrado em Economia, Portugal, Lisboa, Maio de 1991.

Silvestre, Alda

- **Cabo Verde na Rota da Internacionalização**, Grupo de Cooperação de Língua Portuguesa do Instituto Internacional de Caixas Económicas, 1ª edição, Portugal, Lisboa, Maio, 1994.

Solnik, Bruno

- **Gestion Financiere**, Conaitre et pratiquer la gestion, Deuxième edition actualisée, Editionsss Fernand Nathan, France, Paris, 1980.

Stanford, Jon D.

- **Moeda, Bancos e Actividade Económica**, Editora Atlas S. A., 1ª edição, Brasil, São Paulo, 1981.